

SUMÁRIO – ARTIGOS/AUTORES

Eixo 2: Geo(políticas) do Meio Ambiente, Gestão de Recursos e Sustentabilidade

1. Águas Transfronteiriças e Governança na Bacia do Prata
..... 307 - 317
Autores: Tatiana de Souza Leite Garcia e Wagner Costa Ribeiro
2. Conflito e Rivalidade Regional: Hidropolítica e o Tratado de Itaipu
..... 318 - 330
Autor: Alexandre de Oliveira Martins
3. Desenvolvimento Sustentável: o Jogo na Linguagem do Discurso..... 331 - 341
Autor: Camila Balista Garbeline
4. Gestão Ambiental: Conflitos no Discurso e na Prática.
..... 342 - 355
Autor: Camila Balista Garbeline
5. Gestão Territorial em Unidades de Conservação do Estado de Goiás: o Parque Estadual dos Pirineus 356 - 372
Autor: Edna de Araújo Andrade
6. O Projeto Mutirão de Reflorestamento como Política Pública do Município do Rio de Janeiro..... 373 - 386
Autor: Renata Fernandes Teixeira

7. O Uso de Cluster no Monitoramento da Dengue: Um Estudo de Casos no Bairro de Nossa Senhora da Apresentação, Natal/RN - Brasil –
2016..... 387 - 402

Autor: Reginaldo Lopes Santana
8. Um Dispositivo para a Gestão de Descontinuidades no Rio de Janeiro: os Ecolimites no Plano
Diretor..... 403 - 417
Autor: Ana Brasil Machado

Eixo 2: Geo(políticas) do meio ambiente, gestão de recursos e sustentabilidadeTatiana de Souza Leite Garcia²Wagner Costa Ribeiro³

Resumo: As águas transfronteiriças utilizadas para diversas finalidades e por múltiplos atores, podem servir de motivação para conflitos ou cooperações entre países ribeirinhos. O estabelecimento de arranjos institucionais cooperativos depende do nível de interação entre os atores nas escalas local, nacional e regional (transfronteiriça) e da convergência de seus interesses. Ao constatar a baixa efetividade na gestão compartilhada das águas transfronteiriças da Bacia do Prata, vários fatores foram levantados. O objetivo desse trabalho é analisar as dificuldades e possibilidades para o processo de governança das águas transfronteiriças na Bacia do Prata. Empregou-se como metodologia de pesquisa a análise de bibliografias, acordos bilaterais e multilaterais, legislações e documentos oficiais relacionados ao assunto na região.

Palavras-chave: águas transfronteiriças; governança; Bacia do Prata.

¹ Este trabalho apresenta os resultados parciais de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo; Docente da Universidade Anhembi Morumbi. Membro do grupo de Pesquisa do CNPq Geografia Política e Meio Ambiente.

³ Professor Titular do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. Coordenador do Projeto "Conflito e cooperação pelo uso das águas transfronteiriças na Bacia do Prata", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – 2014/21734-5. Pesquisador do CNPq.

Resumen: Las aguas transfronterizas utilizadas para diferentes fines y por múltiples actores, pueden motivar conflictos o la cooperación entre los países ribereños. El establecimiento de acuerdos institucionales de cooperación depende del nivel de interacción y convergencia de intereses de los actores en las escalas local, nacional y regional – transfronterizo. Tomando nota de la baja eficacia en la gestión compartida de las aguas transfronterizas de la Cuenca del Plata, se han planteado varios factores. El objetivo de este estudio es analizar las dificultades y posibilidades para el proceso de la gobernanza de las aguas transfronterizas en la Cuenca del Plata. La metodología de investigación utilizada fue el análisis de las bibliografías, los acuerdos bilaterales y multilaterales, la legislación y documentos oficiales relacionados con el tema en la región.

Palabras clave: aguas transfronterizas; gobernanza; Cuenca del Plata.

As águas nas faixas de fronteira.

As teorias clássicas da Geografia Política, da Ciência Política, do Direito e das Relações Internacionais apontam os Estados como os principais atores políticos, porque conseguem reunir os elementos constitutivos que justificam sua existência e reconhecimento perante os outros atores. Existem muitas definições e qualificações para o conceito de Estado; mas em linhas gerais, entendemos que é uma entidade liderada por um governo, responsável pela ordem social, política, jurídica e econômica dos grupos de indivíduos que coabitam o mesmo território. Ele se expressa por meio de uma série de instituições e leis que se aplicam no território nacional.

O território é uma das fontes de poder de cada Estado, porque é a base física que justifica geograficamente seu reconhecimento no sistema internacional, é o substrato de onde se extrai os recursos naturais que possibilitam o desenvolvimento

humano e o crescimento econômico. Além disso, ele é o palco onde ocorrem as relações de poder entre os grupos humanos.

O Estado detém a soberania em seu território, lócus onde exerce o direito e o dever de administrar os recursos naturais e humanos, delimitado espacialmente até o limite de suas fronteiras e, politicamente, por sua capacidade de governabilidade. Nas relações internacionais, a soberania é um valor altamente considerado, perceptível nos discursos e posicionamentos dos países em foros multilaterais; e, no âmbito regional, a soberania é uma condicionante sensível para assuntos nas faixas de fronteira, como a utilização compartilhada de recursos naturais e os fluxos de pessoas e produtos nessas áreas.

As fronteiras são áreas fluídas porque nelas ocorrem as interações humanas de grupos sociais distintos, por meio dos fluxos de comunicação, de circulação de pessoas, produção, comércio de produtos lícitos e ilícitos, que ultrapassam os limites demarcados. As faixas de fronteiras podem ser áreas frágeis porque são suscetíveis de ocorrência de conflitos entre grupos distintos, objeto de cobiça para conquista territorial, muitas vezes desprovidas e desprotegidas dos instrumentos de controle e instâncias do governo, possibilitando um vácuo de poder e a presença de circuitos de ilegalidade.

As fronteiras políticas não conseguem barrar a dinâmica da natureza, a exemplo das formações de cadeias de montanhas, desertos, bacias hidrográficas e biomas que estão presentes nos territórios de dois ou mais Estados. O transbordamento de temas ambientais para além das fronteiras políticas dos Estados evidencia que a natureza não se fecha na armadilha territorial (AGNEW e CORBRIDGE, 1995).

Nesse sentido, apontamos que existe uma dissonância entre a continuidade ambiental e a descontinuidade política (STEIMAN, 2011) diante dos limites de jurisdição e, portanto, reflete diretamente nas escassas ações conjuntas entre Estados que sejam voltadas para a gestão de recursos naturais disponíveis nas faixas de fronteira.

Além disso, enquanto os Estados adotarem uma postura centrada na soberania absoluta, com foco na segurança nacional, a fronteira será vista como barreira e, dificilmente, a cooperação será colocada em prática, porque demanda o compartilhamento da soberania e das responsabilidades dos atores envolvidos.

Outro ponto que reflete na dificuldade para a gestão compartilhada refere-se à influência que os Estados sofrem por outros atores nos âmbitos doméstico e internacional, para o exercício da soberania e tomadas de decisões. No âmbito doméstico, os Estados são pressionados e dividem funções com os setores produtivos, instâncias públicas sub-nacionais, redes de comunicação, grupos epistêmicos, partidos políticos, sindicatos e associações do Terceiro Setor, organizações não-governamentais e indivíduos. No âmbito internacional, os Estados podem ser pressionados por outros Estados, mas também por Organizações Internacionais e atores não estatais transnacionais.

Apesar das faixas de fronteira serem componentes do território oficialmente controladas pelo Estado, a presença de atores estatais sub-nacionais e de atores não estatais de forma mais ativa na produção e consumo desses espaços, demonstram que o Estado não é onipresente. Por isso os problemas e as soluções precisam ser gerenciados com a contribuição dos atores públicos e privados, de ambos lados da fronteira, reforçando a complexidade, a vulnerabilidade e a importância de temas transfronteiriços.

A presença de bacias hidrográficas em faixas de fronteira acontece em diversos lugares do mundo. Dados publicados pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2003) apontam que existem 263 bacias hidrográficas que perpassarem as fronteiras de 145 países, sendo que 33 desses países encontram-se totalmente inseridos em bacias hidrográficas transfronteiriças e possuem mais de 90% de seus respectivos territórios em áreas de drenagem de rios compartilhados com outros países. Essas bacias hidrográficas transfronteiriças são importantes fontes de abastecimento para milhões de pessoas em várias regiões do mundo.

Mudanças nas condições naturais de bacias hidrográficas transfronteiriças podem instigar preocupações em torno da segurança regional, levando a disputas e migrações. Mas quando há o reconhecimento da importância das águas internacionais, notadamente nas faixas de fronteira, podem servir como motivação para iniciativas de cooperação entre grupos sociais e/ou entre Estados, de modo, que poderá propiciar o estabelecimento de Acordos, parcerias, definição de normas e condutas comuns com o objetivo de gestão compartilhada das águas transfronteiriças. Nessa perspectiva, os arranjos cooperativos seriam promovidos, conforme o nível de interação entre os atores nas escalas nacional e local-transfronteiriça, bem como pela convergência de seus interesses.

Nesta perspectiva, a governança é aclamada como o caminho para construção do consenso entre múltiplos atores, estatais e não estatais, interessados nos mesmo tema, que ao participarem dos processos de negociação, levarão suas demandas e proposições, de modo que poderão assumir responsabilidades para a efetividade das decisões construídas conjuntamente. Porém, para que ela seja estabelecida é necessário que os negociadores tenham legitimidade, bem como as arenas de negociação (RIBEIRO, 2012).

A governança das águas transfronteiriças da Bacia do Prata

Na América do Sul encontram-se 38 bacias hidrográficas internacionais, com destaque para as Bacias Amazônica e do Prata. Várias fronteiras sul-americanas foram definidas a partir de cursos d'água, que passaram a cumprir o papel de limite (linha divisória) entre os países.

A Bacia do Prata localiza-se na América do Sul em uma porção conhecida como Cone Sul, e suas águas percorrem os territórios de cinco países - Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai – com aproximadamente 3,1 milhões de km², correspondente a 17% do território do continente sulamericano. Esta bacia é formada pelos Rios Paraná (4.352 km), Paraguai (2.459km) e Uruguai (1.600km), todos com nascentes em território brasileiro, e o Rio da Prata, que é o estuário formado pelo encontro dos rios Uruguai e Paraná (PROGRAMA MARCO, 2011). A **Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.**

foz desemboca na divisa entre a Argentina e o Uruguai direto no Oceano Atlântico Sul (Figura). Além da abundância hídrica superficial, também ocorrem águas subterrâneas dos sistemas dos Aquíferos Guaraní e Yrenda-Toba-Tarijeño.



Figura: Disposição da Bacia do Prata na América do Sul.

Fonte: Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC).
Programa de Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata.

Disponível em: http://www.cicplata.org/documents/08122011/Cuenca_Portugues.pdf

Acesso em: Agosto/2015

Consideramos estratégica a governança das águas na Bacia do Prata devido aos seguintes aspectos: 1) Os territórios onde percorrem as águas dessa bacia são ocupados por, aproximadamente, 100 milhões de pessoas dos países supracitados; 2) Suas águas são utilizadas para abastecer atividades dos setores primário, indústrias, produção de energia hidrelétrica, navegação e consumo urbano, aonde gera-se 70% de PIB regional; 3) Os rios do Prata compõe o bioma Pantanal, uma das maiores áreas inundáveis do mundo, que constitui-se em um complexo de ecossistemas, sensível ao regime das cheias da bacia hidrográfica; 4) Pode ser considerada fonte de reserva de recursos hidrológicos e biológicos para as gerações atuais e futuras; 5) A Bacia e seus subsistemas têm sofrido com as intensas ações antrópicas e sérios problemas socioambientais (PROGRAMA MARCO, 2011; SAE Brasil, 2013; CIC, 2015).

Historicamente, as condições geoestratégicas da Bacia do Prata serviram de palco para conflitos e cooperação entre os países supracitados, de modo que as diversas finalidades de utilização de suas águas e a interdependência hidrológica, justificaram ações em dois caminhos: 1) a disputa para controlar a Bacia e seus recursos; 2) a construção do diálogo e da confiança em prol da cooperação para compartilhamento dos recursos da Bacia. Muitas tensões e desentendimentos ocorreram ao longo dos anos, até que em 1967, os países da Bacia do Prata reuniram-se para planejar um estudo conjunto sobre a Bacia e levantar seu potencial de utilização e, então, criaram o Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC).

O CIC preparou o texto base que deu origem ao Tratado da Bacia do Prata, assinado, em 1969, pelos países proponentes, e marca o início da institucionalização da cooperação. A partir disso, este é o órgão permanente encarregado pela promoção, coordenação e acompanhamento das ações multinacionais para o desenvolvimento integrado da Bacia do Prata, destinado a acompanhar a execução das decisões aprovadas pelos Ministros das Relações Exteriores e promover assistência técnica e financeira aos países platinos, com o apoio de Organizações Internacionais, como Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (PNUMA) e Organização dos Estados Americanos (OEA). Também foram criados o FONPLATA (Fundo de Financiamento para o Desenvolvimento da

**Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território
Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.**

Bacia do Prata) para administrar os financiamentos de projetos na região e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH).

Em 2001, o CIC lançou o “Programa Marco” para servir como ferramenta técnica de gestão dos recursos hídricos compartilhados de maneira integrada e sustentável, considerando o contexto da variação e mudança climática, e a importância do fortalecimento da cooperação transfronteiriça entre os governos (CIC, 2015; PROGRAMA MARCO, 2011).

No entanto, predominaram ações bilaterais e não multilaterais dos países beneficiários das águas da Bacia do Prata. Tais iniciativas estiveram mais voltadas para a geração de conhecimentos técnicos sobre a bacia, que não foram revertidas na geração de políticas públicas comuns e gestão compartilhada.

Outro ponto a ser mencionado é que apesar de existirem interações entre as municipalidades localizadas nas faixas de fronteira onde percorrem as águas da Bacia do Prata, esses atores públicos sub-nacionais e comunidades locais não possuem competência jurídica para firmar acordos internacionais. Por isso, muitas vezes são firmados acordos informais, caracterizados como cooperação não institucionalizada (SANT’ANNA e VILLAR, 2014).

A cooperação estabelecida entre atores públicos sub-nacionais, também conhecida como cooperação descentralizada ou sub-nacional, é relativamente recente nas relações internacionais da América do Sul. Prevalece a modalidade de cooperação internacional centralizada, também conhecida como cooperação tradicional ou nacional, que é aquela exercida pelos atores políticos centrais, os Estados, por intermédio dos Ministérios ou instâncias políticas ligadas ao governo central destinadas, especificamente, para assuntos de política externa e relações internacionais.

Para a promoção da governança de bacias hidrográficas transfronteiriças é fundamental a interação dos múltiplos atores interessados no tema nas arenas de negociação que correspondem às escalas de gestão. Segundo Sant’ Anna (2012), na escala internacional ocorre as interações entre os países beneficiários de seus recursos; na escala nacional como cada um desses países instituem as normas

**Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território
Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.**

relacionadas à gestão das águas, aplicando-as nas escalas sub-nacionais – regionais, estaduais e locais; e na escala transnacional, considerando o aspecto físico das faixas de fronteiras, as interações entre os atores locais estatais e não estatais com aqueles atores do outro lado da faixa de fronteira, contando também com a presença das redes sociais transnacionais que se formam pelos atores interessados no uso dessas águas.

Observa-se que uma das dificuldades para uma maior cooperação na Bacia do Prata decorre da hidro-hegemonia que prevalece entre os países (PAULA e RIBEIRO, 2015). Uma grande assimetria, estabelecida em termos conflituosos muitas vezes, resultou em um sistema complexo que, mesmo quando envolve cooperação entre países, não atendeu a interesses plenos (RIBEIRO e SANT'ANNA, 2014), o que pode resultar em acirramento de tensões, como as que envolveram Argentina e Uruguai (GEARY, 2012) e Brasil e Paraguai, recentemente.

Considerações Finais

A Bacia do Prata tem importância estratégica na América do Sul porque é fonte para múltiplos usos de suas águas, conforme as demandas de geração de energia e dos setores produtivos da região mais populosa e produtiva do Cone Sul. Para o mundo, essa riquíssima bacia hidrográfica poderá servir como 'poupança hídrica' que subsidiará a produção de alimentos combinado com os solos férteis disponíveis para atender as cadeias produtivas e necessidades das gerações futuras, o que lhe confere caráter estratégico em tempos de escassez hídrica.

Apesar da existência de fóruns de interlocução, celebração de tratados, processos de integração regional, convênios entre municípios e parcerias público-privadas, dentro outros instrumentos de cooperação, esses não têm sido suficientes para efetivar a governança das águas transfronteiriças na Bacia do Prata.

Entendemos que há pouco interesse dos Estados ribeirinhos em efetivar uma gestão integrada das águas da Bacia do Prata, pois o conjunto de intenções formais e informais pouco saem do papel, e não ganham a devida força para se constituir

em políticas públicas internacionais, visto que dependem, prioritariamente, dos governos centrais para o estabelecimento de políticas e ações *top-down*.

Outro aspecto que consideramos limitador para a governança na Bacia do Prata refere-se às assimetrias entre os países e os municípios nas faixas de fronteira, pois existem diferentes níveis de desenvolvimento social, econômico e político-institucional, até mesmo, com diferenças nas legislações relacionadas à gestão de recursos naturais, gestão de águas ou zoneamento do território, condições que, nesse momento, dificultam para a convergência de valores, princípios e ações comuns.

Além disso, poderíamos apontar que falta aos atores, desde aqueles atuantes nas faixas de fronteira até os das escala sub-nacional, nacional e internacional que são responsáveis pela gestão de águas, pensarem na bacia hidrográfica como uma unidade territorial que necessita ser planejada e gerenciada conforme os preceitos da governança – ou seja, contar com a participação dos múltiplos atores estatais e não estatais presentes em todas as escalas de gestão, no processo de definição dos indicadores, das metas, das prioridades de usos e dos meios de conservação que convirjam para efetiva gestão compartilhada águas transfronteiriças.

Referências

AGNEW J.; CORBRIDGE S. *Mastering space: Hegemony, territory and international political economy*. London-New York: Routledge, 1995.

CIC - Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata. *Website*. Disponível em: <http://www.cicplata.org/>. Acesso em: Fevereiro/2015.

GEARY, Mirta. O debate sobre a fábrica de celulose no rio Uruguai: um conflito ecológico distributivo. *GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, n. 31, p. 161-172, aug. 2012. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74277>>. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74277>.

**Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território
Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.**

PAULA, Mariana de; RIBEIRO, Wagner C. Hidro-hegemonia e cooperação internacional pelo uso de água transfronteiriça. *Cadernos de Trabalho da Rede WATERLAT-GOBACIT*, v. 2, p. 92-107, 2015. Disponível em <http://waterlat.org/Wpapers/WPSATRANS23.pdf>

PROGRAMA MARCO - *Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, considerando os efeitos decorrentes da variabilidade e Mudanças Climáticas*. Março/2011. Disponível em: <http://proyectoscic.org/documentos-tecnicos/documentos-de-base/programa-marco-portugues/view>

RIBEIRO, Wagner Costa. Soberania: conceito e aplicação para a gestão da água. *Scripta Nova (Barcelona)*, v. XVI, p. 01-11, 2012, disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-28.htm>

RIBEIRO, Wagner C.; SANTANNA, Fernanda M. Water security and interstate conflict and cooperation. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, v. 60, p. 573-596, 2014. Disponível em <http://dag.revista.uab.es/article/view/150>

SAE Brasil – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. *Água e Desenvolvimento Sustentável Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços do Brasil*. Brasília, 2013.

[SANT'ANNA, Fernanda Mello](#). Tensões e conflitos na governança dos recursos hídricos amazônicos transfronteiriços. *Geosp (USP)*, v. 31, p. 132-145, 2012.

[SANT'ANNA, Fernanda M.](#); VILLAR, Pilar C. *A governança dos recursos hídricos nas áreas de fronteira: integração e ordenamento territorial*. Anais do VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. São Paulo, 2014, p. 1091-1113.

STEIMAN, Rebeca. *Áreas Protegidas em Zona de Fronteira. Para Onde!?* (UFRGS), v. 5, p. 101-121, 2011.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *Water for people, water for life: UN World Water Development Report*. Paris, 2003

Anais do 2º CONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.

Conflito e Rivalidade Regional: hidropolítica e o Tratado de Itaipu

Eixo Temático 2: (Geo)políticas do meio ambiente, gestão dos recursos e Sustentabilidades

Paulo Inácio Junior
Mestrando – USP
paulo.inacio@usp.br

Resumo: Resultado de análise de literatura e de dados secundários, este trabalho visa a examinar o conflito no Cone Sul gerado pelo aproveitamento da água transfronteiriça no rio Paraná para a produção de energia elétrica nos anos seguintes a construção de Itaipu. Os teóricos geopolíticos desde Travassos (1933) indicaram a necessidade de ocupação do território oeste do Brasil. Foi proposta uma geopolítica balizada pela rivalidade com a Argentina, que concebeu o Paraguai como estado-tampão entre os estados mais fortes da Bacia do Prata. A geopolítica usou a água transfronteiriça para a satelitização do Paraguai, ao passo que fornecia a infraestrutura para desenvolvimento econômico no Brasil. Pode-se então identificar uma política hidro-hegemônica entre os estados ribeirinhos na ordem regional.

Palavras-chave: Águas transfronteiriças, Itaipu, Bacia do Prata,

Resumen: Resultado del análisis de la literatura y datos secundarios, el presente trabajo tiene como objetivo examinar el conflicto en el Cono Sur generada por el uso de aguas transfronterizas en el río Paraná para la producción de electricidad en los años siguientes la construcción de Itaipú. Los teóricos geopolíticos indicaron la necesidad de ocupar el oeste del territorio de Brasil. Propuso una geopolítica impulsada por la rivalidad con Argentina, que concibió Paraguay como Estado tapón entre los estados más fuertes de la Cuenca del Plata. El Geografía Política utiliza del agua transfronteriza para la satelización de Paraguay, mientras que el fornecimento de la infraestructura para el desarrollo económico en Brasil. Entonces, puede identificar una política de hidro-hegemónica entre los estados ribereños en el orden regional

Palabras-clave: Água transfronteirizas, Itaipu, Cuenca del Plata

Introdução

A Itaipu Binacional transformou as relações interestatais na Bacia do Prata. A sua construção marcou a concretização de uma visão geopolítica brasileira do território na América do Sul, como veremos. Soma-se a isto as políticas desenvolvimentistas pelas quais o Brasil se industrializou e, portanto, passou a demandar energia elétrica constante e em maior quantidade. Neste sentido, o projeto de Itaipu teve a virtude de assimilar, pelo menos, dois interesses brasileiros: A presença na Bacia do Prata e o fornecimento de energia elétrica para a região Sudeste, centro da industrialização e da “modernização”.

Os militares geopolíticos brasileiros, muito influenciados pela geografia política e geopolítica germanófila, direcionaram o olhar para os mapas da América do Sul e os leram a partir de uma busca pelo espaço vital desejável ao Brasil. Isso é, o viés territorialista da geografia política alemã foi absorvida pelos teóricos brasileiros que vislumbraram as potencialidades e entraves do território ao qual o Brasil está ligado pelas terras emersas. Na leitura do General Mário Travassos (1935), há um antagonismo entre as bacias platina e amazônica e entre os oceanos que Atlântico e Pacífico que banham as costas do continente que se definem pelas vias de comunicação utilizadas. Nesta leitura, a Bolívia seria o heartland continental uma vez que nela se dariam a concentração destes antagonismos. Ele identificou que a Argentina controlava as comunicações dos países mediterrâneos da Bacia do Prata, sendo a única via de acesso deles ao Atlântico e do Atlântico a eles, ou seja, Paraguai e Bolívia estariam profundamente dependentes da Argentina, que ao mesmo tempo se projetava na Bacia e, através da Bolívia, poderia projetar-se para o Pacífico. Importa neste trabalho compreender as políticas que o Brasil desenvolveu para obstruir a profunda relação argentina com a Bacia do Prata e como ocorreu a rivalidade entre os grandes vizinhos pelo uso e controle da água. Para isso, o trabalho apresenta primeiro uma definição de águas transfronteiriças onde os conceitos de território, soberania e fronteira são discutidos, depois são apresentados os antecedentes ao Tratado, depois o próprio Tratado criador da Itaipu e a forte crise regional gerada pelos interesses divergentes no uso das águas transfronteiriças e por fim as considerações finais.

Águas Transfronteiriças

A formação dos limites espaciais e jurídicos dos Estados muitas vezes utilizam critérios naturais como linha divisória, isto ocorre como uma ferramenta demarcadora que aposta na estabilidade topográfica do planeta frente às decisões sociais e políticas.

Ocorre que, a necessidade moderna de estabelecer formas políticas-jurídicas no espaço não obedece a conformação natural na superfície terrestre, isto é, os limites políticos não correspondem aos limites naturais. Esta não correspondência gera diferenças de perspectivas quanto aos usos e às conseqüências desses usos na unidade natural.

As bacias transfronteiriças ocupam cerca de 40% das terras emersas e nestas bacias residem mais de 40% da população mundial (TRANSBOUNDARY WATER ASSESSMENT PROGRAMME, 2016).

As águas transfronteiriças são águas superficiais e subterrâneas que ultrapassam as fronteiras ou que delimitam o território dos Estados. No caso brasileiro existem duas grandes bacias transfronteiriças, a Amazônica e a do Prata, nas quais, do ponto de vista da hidropolítica, a diferença marcante é a posição brasileira a jusante na primeira e a montante na segunda. Ou seja, a corrente dos rios que levam as águas do território de outros países ao Brasil e do Brasil para outros países, respectivamente, alteram a relação de custos políticos e ambientais entre um projeto e outro. Segundo Santos (2004), a posição à jusante privilegia a navegação e à montante a irrigação e a construção de barramentos.

Em que se assuma que os Estados são entes racionais, que elaboram custos e ganhos nas suas relações, as decisões sobre as águas transfronteiriças estão intimamente ligadas a posição relativa na bacia. Embora este seja um argumento central, o que se revela é que existem relações de poder nas bacias transfronteiriças. Nesse sentido, os Estados mais poderosos implicam em ações auto direcionadas, de modo que, o interesse nacional torna-se um imperativo no comportamento dos Estados, que seja na harmonia, que seja nas disputas entre eles.

Ocorre que as interações interestatais entre ribeirinhos denota freqüentemente a existência de estados que aproveitam mais os benefícios da água transfronteiriça que outros. Desta assimetria de aproveitamentos que os conflitos seriam originados e dos estudos dessas relações assimétricas pôde-se construir o conceito de hidro-hegemonia (ZEITOUN e WARNER, 2006). O conceito de hidro-hegemonia, ao assumir relações assimétricas, assume também que nas águas transfronteiriças as relações interestatais é também resultado da balança de poder, da qual, via de regra, o estado mais poderoso se beneficia mais dos recursos hídricos (PAULA e RIBEIRO, 2015).

Um aspecto central no desenvolvimento dos estudos sobre hidro-hegemonia é a compreensão de conflito e de cooperação. Para Zeitoun e Mirumachi (2008), eles não podem ser compreendidos em análises que os separam, uma vez que se perde a dimensão de que o conflito poder gerar ganhos para o agente mais fraco e a cooperação incidir em ganhos apenas para o mais poderoso. Para os autores, conflito e cooperação devem ser entendidos em níveis mais complexos em que os estados próprios sofrem alterações no tempo, tratando-se de interações não lineares.

Mapa das bacias transfronteiriças do Brasil



Mapa 1: Bacias Amazônica, do Prata e Lagoa Mirim.

Assim sendo, não se foge da ligação que é dada pela contigüidade que pode ser observada no mapa.

A relação entre Estados ribeirinhos é uma relação geográfica na medida em que as fronteiras e uma unidade natural impõem uma relação dupla e aparentemente contraditórias: Primeiro a função divisória da fronteira, da qual aborda Foucher (2009). Segundo o autor, as fronteiras tem função de delimitação real, simbólica e imaginária e, além disso:

são descontinuidades territoriais, com função de marcação política [...] Linhas de separação entre soberanias [...] formam o quadro da atribuição e da transmissão de uma nacionalidade, de uma cidadania como ligação jurídica de um Estado à sua população constituinte. Não há identidade sem fronteiras (FOUCHER, 2009, p. 22).

Segundo: as fronteiras tem a função impelir às relações respeitadas, isto é, relações nas quais, por questões de segurança nacional mas não apenas por elas, há constrangimentos de ordem mais ou menos cordial.

Acirram a dupla função das fronteiras acima expostas, a presença da água, que é um recurso estratégico para a economia agrária e industrial, essencial para a existência da fauna e flora, e para a população humana. Além de todos esses usos expressos, ela ainda pode produzir energia elétrica. Toda essa gama de possibilidades de uso gera uma tensão sobre a disponibilidade do recurso em quantidade e qualidade desejadas pelas populações e pelos Estados (RIBEIRO, 2008). Se por um lado os Estados decidem cooperar sobre a água, por outro eles podem entrar em conflito pelo mesmo recurso, e, além disso, ambos os processos ocorrem simultaneamente, como veremos no terceiro item desse trabalho.

O direito de utilização das águas está baseado na soberania de um Estado, ao poder valer-se dos recursos dispostos no seu território. O sistema moderno de Estados, compreende todos Estados como entes juridicamente iguais, na qual, independente do poder acumulado, tratam-se de entidades com direitos básicos iguais, a saber, estar livre de participação estatal externa em qualquer que seja a atividade interna e o reconhecimento da igualdade pelos seus pares. Nessa leitura, não deveria haver nenhum tipo de constrangimento ao uso do recurso que fosse derivado de ações externas e ao mesmo tempo, não deveria haver nenhum limite ao uso de um recurso disposto no território. Esta discussão se travou entre Argentina e Brasil. Antes, para compreender o que levou a construção de Itaipu, deve-se rapidamente expor os conceitos principais que nortearam os militares geopolíticos brasileiros ligados à Ratzel.

No pensamento de Ratzel se articulam os conceitos de território e de espaço vital, de modo que a condição existencial do Estado é a oferta de recursos suficientes para atender as demandas de crescimento de uma população. O território seria, em última instância, a espacialização de uma sociedade organizada politicamente para o suprimento das suas necessidades, em outras palavras, o território é o espaço cuja população tem o poder de extrair matérias que gerem benefícios à existência dessa sociedade. Neste sentido, o poder tem uma ligação muito direta com a matéria, com o solo.

Para o autor, a motivação de projeção externa (precisamente territorial) de um Estado tem seu significado enquanto meio de prover os recursos necessários para a reprodução de um povo diante da demografia e do desenvolvimento tecnológico, denominada como “espaço vital”, o fim seria o da perpetuação deste povo e do estado como organização social evitando a saturação dos recursos. A projeção externa do território de um estado possibilitaria a este o poder de apropriar-se das vantagens que este novo território permite agregar, quer sejam recursos naturais, população, outra saída para o mar, etc.

Antecedentes ao Tratado

Desde a década de 1880 o cenário político na América do Sul demonstrava uma desequilibrada balança de poder voltada para uma preponderância econômica e política da Argentina no subcontinente, coube aos geopolíticos e militares brasileiros da primeira metade do século XX, sobretudo Mário Travassos, construir as teorias que fossem responsáveis de alavancar a zona de influência brasileira nos Estados vizinhos e neutralizar a Argentina através da satelitização do Paraguai por meio de infraestrutura de comunicação.

O historiador Moniz Bandeira (2010) nota ainda a presença intensa de frota de embarcações argentinas nos rios da Bacia do Prata escoando as produções nos estados mediterrâneos do continente para seu porto, tornando-se a principal saída para o Atlântico. Mais que isso, para o historiador, a Argentina mantinha o Paraguai como mercado energético e este teria sido o motivo pelo qual ela teria apoiado o Paraguai na Guerra do Chaco, dado que oficialmente declarou-se neutra.

Na elaboração de estratégias para expansão da influência e presença brasileira, Travassos (1935) apontou a necessidade de conter a projeção continental da Argentina através de ações neutralizantes. Essas ações deveriam se concentrar em direcionar a rede de comunicação do Brasil aos estados mediterrâneos – Paraguai e Bolívia – através da construção de ferrovias, rodovias e hidrovias alterando a rota dos produtos para o Atlântico do porto de Buenos Aires para os portos brasileiros.

Nessa adaptação dos conceitos desenvolvidos na Europa, o Paraguai estaria na condição de estado-tampão, ao qual a função seria amenizar os

choques entre as duas potenciais territoriais da América do Sul, Argentina e Brasil. Esta condição, compartilhada com geopolíticos militares da Argentina, constituía-o em espaço em disputa para expansão da influência na Bacia do Prata.

Embora os estudos de militares geopolíticos indicando a necessidade de que se invertesse a balança de poder no Cone Sul mediante a contenção da influência da Argentina no continente, as aproximações com o Paraguai começaram a se concretizar apenas após 1956 com a concessão do depósito franco no porto de Paranaguá, em seguida, a construção da Ponte da Amizade e da rodovia entre Ciudad del Leste e o litoral do Paraná em 1965 e 1969, respectivamente.

Ocorre que, soma-se a isso, a pretensão brasileira de ser a expressão latina do desenvolvimento, da industrialização e da superação dos limites do subdesenvolvimento em um discurso que muito menciona as potencialidades do território brasileiro, de uma “ideologia geográfica” utilizada pelas elites para forjar investimentos (MORAES, 2011). Nesse contexto, a expansão da oferta de energia elétrica era uma questão central pois forneceria a infraestrutura que necessitava a chamada modernização do território. Segundo Cotrim (1999), os primeiros estudos sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná datam da década de meados da década de 1930. Isto significa que havia de fato o interesse na produção de energia elétrica, mas que no entanto, não parecia viável desde cerca de 4 décadas antes da assinatura do Tratado. Além disso, Cotrim conta que houve forte pressão de parte do setor elétrico brasileiro para que não se assinasse o Tratado que previa uma usina binacional, ao contrário, que se investisse no potencial hidrelétrico totalmente em território nacional. Porém, o aconselhamento técnico foi preterido, e a necessidade geopolítica da presença do Brasil na Bacia do Prata, que desacortinou um litígio de fronteira com o Paraguai, foi escolhido como demonstração concreta do Brasil que se imaginou construir.

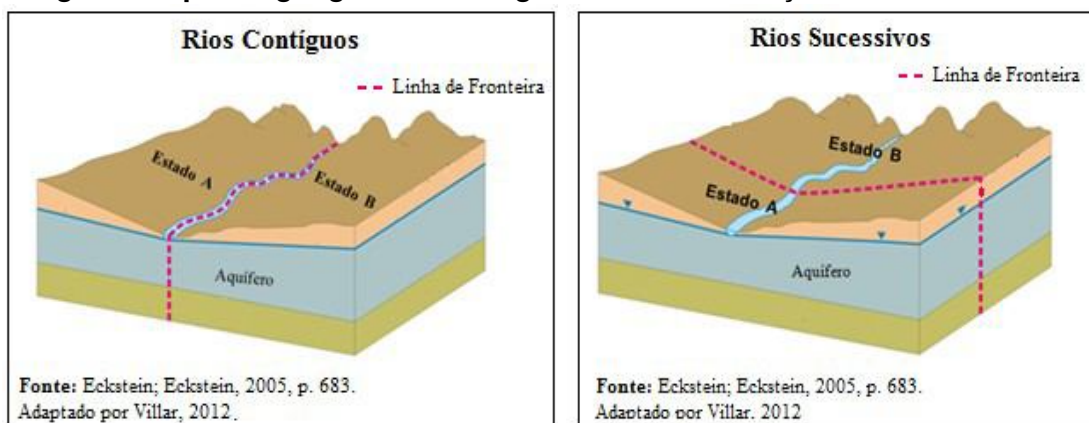
Crise Regional e o Tratado

Os precedentes políticos à institucionalização da Bacia do Prata, através do CIC, são do conflito entre Argentina e Brasil pela expressão política no Paraguai, mas também de cooperação comercial, sendo o Brasil o segundo mercado de exportação argentino e a Argentina um novo mercado ao Brasil. Diante dessa aparente

ambigüidade nas relações interestatais que se propõe a criação do Comitê, com reuniões dos Chanceleres dos cinco países. A criação desta instituição de cooperação com o emprego de normas à atividade das partes é uma resposta aos conflitos derivados pelo uso da água e destaca que no campo geopolítico as relações comerciais não foram capazes de estabelecer a confluência de interesses, como parte da teoria liberal nas Relações Internacionais defende.

A iniciativa argentina de promover, no mesmo ano da assinatura da Ata de Iguaçu, uma coleção de reuniões com os chanceleres dos países da bacia e de comissões teve também o propósito de integrar regionalmente, mas sobretudo pretendeu disciplinar o uso da água na bacia através de mecanismos de consulta prévia aos Estados de jusante antes da consolidação de projetos de uso das águas rios sucessivos pelos Estados de montante. Esta iniciativa deu origem a agenda da gestão integrada da bacia compartilhada no Cone Sul. O Brasil, ao contrário de seu maior vizinho, defendia dois princípios relacionados ao uso das águas, a soberania do Estado a montante e o compromisso de não causar danos sensíveis aos Estados a jusante.

Imagem I. O poder geográfico nas águas transfronteiriças



Fonte: Governança da Água na América Latina (VILLAR, 2014)

O posicionamento do Brasil propunha acordos bilaterais em rios contíguos e de soberania sucessiva em rios sucessivos, justificando o projeto da Itaipu Binacional garantindo a soberania brasileira no rio Paraná e se comprometendo a não causar danos sensíveis a outros Estados. Este posicionamento dos Estados expressam o poder geográfico e o tensionamento regional em defesa dos interesses

nacionais, ainda que estes se expressem pela via de cooperação internacional, como veremos.

O governo argentino propunha a criação do CIC, instituição multilateral da Bacia do Prata, com fins de vincular os países da região em um esforço conjunto cujo intuito principal é regular a atividade política na região sobre os recursos hídricos (QUEIROZ, 2012). A instituição foi oficializada com o Tratado da Bacia do Prata assinado em 1969. A composição do CIC é formada apenas por países condôminos da Bacia do Prata, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, reafirmando o princípio de soberania sobre o recurso hídrico compartilhado.

Segundo o governo argentino os termos do Tratado de Itaipu, criador da Itaipu Binacional, os quais definiam a utilização da energia produzida somente entre as altas partes, configuraria um embate ao Artigo I do Tratado da Bacia do Prata “conjugar esforços [...] para promover o *desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável*”.

O uso da água compartilhada continuou suscitando conflitos com a Argentina tendo de pano de fundo as disputas interestatais pela proeminência política na Bacia. O governo com sede em Buenos Aires relutou em ceder ao projeto da Itaipu Binacional, incitando a circulação no nível internacional, na ONU e contou com o apoio dos países africanos de língua portuguesa que o Brasil buscava aproximação. Na ONU os argumentos argentinos basearam-se nos impactos de ordem ambiental, dentre eles que Buenos Aires submergiria, e que parte do seu território a nordeste e a parte sudoeste do território uruguaio sofreriam processo de desertificação. A oposição argentina visou a interromper o financiamento da execução do projeto de Itaipu, mas por fim, o Banco Mundial não deixou de conceder crédito para realização da obra.

Outra estratégia argentina que visava conter a satelitização da região da Bacia pelo Brasil foi o projeto de hidrelétrica binacional em cooperação com o Paraguai. A Corpus se localizaria a 250 quilômetros à jusante de Itaipu e, portanto, relativamente próxima da tríplice fronteira. Este projeto não foi realizado até a presente data.

Os projetos de Corpus e Itaipu eram conflitantes, a plena operação de Corpus dependeria de alterações no projeto e no aproveitamento de Itaipu, entretanto estando avançadas as obras da Itaipu Binacional, dez anos depois do Tratado da Bacia do Prata, em 1979 os governos do Brasil, Paraguai e Argentina assinaram o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, que estabelecia instrumentos de cooperação técnica e de garantia de navegação, pontos de interesse do governo argentino pela manutenção da possibilidade de escoamento de produção através do porto de Buenos Aires (QUEIROZ, 2012), ainda que cedesse no princípio de consulta prévia. O debate entre as diferentes normas possíveis na bacia depreendeu em resultados que abarcaram interesses brasileiros. A Declaração de Assunção, resultado da reunião de chanceleres das partes do CIC em 1971, normatizou os estudos e o aproveitamento dos rios internacionais da bacia. Ela acata nos princípios jurídicos as proposições brasileiras sobre o aproveitamento hídrico quanto aos rios contíguos e aos rios sucessivos. Este modelo jurídico que se manifestou na Declaração de Assunção reaparece na Declaração de Estocolmo, que foi a primeira grande conferência sobre regulação do ambiente e dos recursos naturais (RIBEIRO, 2001). O princípio 21 desta Declaração assegura a soberania nacional sobre os recursos desde que não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados. O princípio 2 da Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, elaborada em 1992, também reforça a soberania desde que não sejam causados danos ao meio ambiente de outros Estados (RIBEIRO, 2001). Tendo o princípio de consulta prévia, que possibilitaria o poder do veto argentino ao empreendimento de Itaipu, caído no marco que regulamentaria as atividades estatais nos rios internacionais da Bacia do Prata, o conflito entre os projetos encontrou definitivamente seu fim com o Acordo Tripartite que, segundo Queiroz (2012) foi um ponto de inflexão na hidropolítica platina.

O conflito Brasil-Argentina na figura dos projetos Itaipu-Corpus exemplifica a relevância política do uso da água na escala sub-regional e da bacia hidrográfica. Segundo análise de Queiroz (2012), o projeto de Corpus foi uma ferramenta de disputa que possibilitaria à Argentina a influência e uma possível revisão do projeto de Itaipu.

Considerações Finais

O uso das águas transfronteiriças superficiais denotam de uma dupla condição: a do poder e a da posição geográfica relativa ao fluxo dos rios. Isto significa dizer que a possibilidade de navegação do Estado a jusante e a possibilidade de aproveitamento hidrelétrico pelo Estado a montante, não acontecem apenas pela posição geográfica dada, mas por relações de poder que se expressaram, no caso estudado, no aporte do conflito entre interesses. Mais do que isso, o conflito não ocorreu deslocado da cooperação e do diálogo, que ainda que operasse mal, constituiu uma vertente de aproximação entre os Estados ribeirinhos da Bacia do Prata.

Esta produção material do interesse nacional sobre as águas, se expressa em relações de hidro-hegemonia, nas quais se pautam limites à soberania dos Estados com menos poder, enquanto que o Estado com mais poder relativo obtém os trunfos que o território lhe permite, nesse sentido, não se devem ignorar as postulações de Ratzel, do espaço vital, que indica o uso do território em função do interesse do Estado, ainda que não seja o mesmo interesse da população desse Estado.

Referencias Bibliográficas

BANDEIRA, Luiz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e cooperação na América do Sul**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2010;

COTRIM, Jhon. **Notas Sobre os Antecedentes da Criação de Itaipu Binacional**. Rio de Janeiro: Memória da Eletrecidade, 1999;

FOUCHER, Michel. **Obsessão por Fronteiras**. São Paulo: Radical Livros. 2009;

MELLO, Lionel. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997;

MORAES, Antonio. **Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011;

PAULA, Mariana. e RIBEIRO, Wagner. Hidro-hegemonia e cooperação internacional pelo uso da água transfronteiriça. In **Waterlat-Gobacit Network Working Papers – Transboundary Waters**. v. 2, n. 3; 2015;

Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.

Pilar, Villar. **Governança da Água na América Latina**. Brasília-Foz do Iguaçu: ANA/Parque Tecnológico de Itaipu. 2011;

QUEIROZ, Fabio. **Hidropolítica e Segurança: As Bacias Platina e Amazônica em Perspectiva Comparada**. Brasília: FUNAG, 2012;

RIBEIRO, Wagner. **A Ordem Ambiental Internacional**. São Paulo: Contexto, 2001;

RIBEIRO, Wagner. **Geografia Política da Água**. São Paulo: Annablume, 2008;

SANTOS, Sinval. O Compartilhamento de Águas Transfronteiriças Superficiais: um subsistema da ordem ambiental internacional. In: **Anais do 2º Encontro Anual da ANPPAS**, Indaiatuba, ANPPAS, São Paulo, 2004;

TRAVASSOS, Mario. **Projeção Continental do Brasil**. Cia Editora Nacional, 1935;

ZEITOUN, Mark., MIRUMACHI, Naho. "Transboundary Water Interaction I: reconsidering conflict and cooperation" In: **"Environ Agreements"** n.8, p. 297-316, 2008.

ZEITOUN, Mark., WARNER, Joan. "Hydro-hegemony: A framework for analysis of transboundary water conflicts" **Water Policy** v. 8, p. 435-460. IWA Publishing, (2006);

Site de internet

<http://twap-rivers.org/> > Acesso em Outubro de 2016.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O JOGO NA LINGUAGEM DO DISCURSO

EIXO 2: (GEO)POLÍTICAS DO MEIO AMBIENTE, GESTÃO DOS RECURSOS E SUSTENTABILIDADES

Camila Balista Garbeline¹

Resumo: O presente trabalho procura trazer uma reflexão crítica sobre o ideário do “desenvolvimento sustentável”. Para tanto, adota-se o referencial a partir de vários autores, entre eles Arlete Fernandes, Bertoli Gonçalves e Clovis Cavalcante. A análise encontra-se organizada sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, mostra o jogo de linguagem no discurso, ora centrado no ser humano, ora no meio ambiente e ora no crescimento econômico, mas com prioridade no econômico. O Desenvolvimento Sustentável está embutido de uma dosagem de utopia, a prática discursiva opacifica a lógica dos interesses econômicos, e também obscurece a questão social tratada como um recurso secundário.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Estratégias, Interesses.

Resumen: Este trabajo pretende aportar una reflexión crítica sobre las ideas de “desarrollo sostenible”. Por lo tanto, adoptamos la referencia de varios autores, entre ellos Arlete Fernandes, Bertoli Gonçalves y Clovis Cavalcante. El análisis se organiza en el concepto de desarrollo sostenible, muestra el juego de lenguaje en el

¹ Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Nível Doutorado.

discurso, ahora centrada en el ser humano, a veces en el medio ambiente y, a veces en el crecimiento económico, pero con prioridad a la económica. El desarrollo sostenible está incrustado en una dosis utópica, la práctica discursiva opacifica la lógica de los intereses económicos, y también la cuestión social tratada como un recurso secundario.

Palabras clave: Desarrollo Sostenible, Estrategias, Intereses.

Introdução

O Relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecido, Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, foi publicado em 1988, e é considerado uma referência para os estudos sobre Desenvolvimento Sustentável. O discurso do Relatório tem bases políticas, ideológicas e conceituais.

A linguagem do relatório passa a não ser vista como algo transparente, é cheia de opacidade e com viés ideológico, os quais dissimulam a ligação do discurso com a prática, onde se adota um discurso vago, pois não especificam detalhes do processo, portanto podem ser interpretados de várias formas.

A linguagem revestida de opacidade dificulta a percepção clara dos esquemas classificatórios, como estruturas, regras e ideologias. Assim, a análise crítica faz emergir a intenção opacificada da narrativa, possibilitando que as pessoas se tornem mais conscientes e mais críticos do discurso investido de ideologia a que são submetidos.

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise crítica do discurso contido no Relatório voltado ao Desenvolvimento Sustentável. Para realizá-lo adota-se de um referencial teórico, e a análise das estratégias discursivas identificadas no Relatório.

Para tanto, adota-se o referencial a partir de Arlete Fernandes, Bertoli Gonçalves, Clovis Cavalcante, entre outros autores que discutem o tema. O artigo aborda o jogo de linguagem no discurso, ora centrado no ser humano, ora no meio ambiente e ora no crescimento econômico, mas com prioridade no econômico.

Discurso do Desenvolvimento Sustentável e Alternativas Estratégicas

Desde que as questões ambientais adquiriram peso nas preocupações, vem sendo discutido a sociedade urbano industrial e o meio ambiente. Há problemas de poluição e esgotamento das riquezas naturais, o “medo” de destruição, o receio de perda de qualidade de vida, entre outros problemas são debatidos desde o início do processo de industrialização, mas a preocupação se torna mais explícita após a segunda metade do século XX (Arlete, 2005).

Guimarães (2012) afirma que as ideias associadas ao modelo de desenvolvimento são de progresso e modernização. E o modelo do sistema capitalista prima pelos interesses econômicos frente ao bem comum (meio ambiente), gerando fortes impactos socioambientais. A sociedade atual, uma sociedade de consumo dita moderna, mas na realidade tem uma cultura dominada nos modelos norte-americanos e europeus. Uma visão assim alicerça a lógica de acumulação que para se desenvolver explora e degrada os recursos naturais.

Devido a essas questões ambientais há um esforço em se apropriar do discurso de sustentabilidade. Essa proposta de desenvolvimento sustentável reconhece o problema, mas segundo Guimarães (2012) propõe soluções seguindo a lógica vigente capitalista.

Entretanto o desenvolvimento sustentável é uma ideologia construída dentro dos limites da economia, desta forma a noção de desenvolvimento sustentável é falsa, pois a natureza do capital é exploratória e pautada na produção.

O discurso de desenvolvimento sustentabilidade tem sido alvo de críticas devido as ambiguidades. Lima (1999) afirma que a não explicação de como conciliar preservação ambiental e crescimento econômico já mostra indefinições e contradições no discurso, assim é apenas uma nova formula para uma já esgotada e velha.

Um relatório considerado como referencia para os estudos sobre Desenvolvimento Sustentável, é o Relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecido, Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, foi publicado em 1988, o discurso do Relatório tem bases políticas, ideológicas e conceituais.

Os relatórios que abordam o Desenvolvimento Sustentável, a linguagem não é transparente, é cheia de opacidade e com viés ideológico, os quais dissimulam a ligação do discurso com a prática, onde se adota um discurso vago, pois não especificam detalhes do processo, portanto podem ser interpretados de várias formas.

A linguagem revestida de opacidade dificulta a percepção clara dos esquemas classificatórios, como estruturas, regras e ideologias. Assim, a análise crítica faz emergir a intenção opacificada da narrativa, possibilitando que as pessoas se tornem mais conscientes e mais críticos do discurso investido de ideologia a que são submetidos.

Para Bourdie (1998) é possível identificar nas estratégias discursivas, os tipos de poder simbólico (capital) adotados com a finalidade de impor definições do mundo social, mas numa luta que é propriamente simbólica. As práticas discursivas tem como elementos constitutivos estratégias lingüísticas em várias formas, e que nortearão o discurso.

Para Arlete (2005) o termo desenvolvimento sustentável é uma idéia que tentou e ainda tenta encontrar soluções para problemas de esgotamento e poluição dos recursos de bem comum. Continua dizendo que a idéia abstrai a realidade, oculta a complexidade do modo de produção, cria uma cortina sobre os problemas socioambientais.

As palavras desenvolvimento e sustentável tornaram-se moda, consenso para formulação de políticas para utilizar sem destruir o bem comum. Criou-se um ideário de que todos são igualmente responsáveis pela degradação das riquezas e pela preservação.

Poucos conceitos tem sido atualmente tão utilizados e debatidos como o de desenvolvimento sustentável, esse conceito traz um amplo debate em torno de ideia de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Apesar da idéia de Desenvolvimento Sustentável ter se originado entre os ambientalistas na década de 60 e de ter sido retomado em 1972, com a Conferência de Estocolmo, foi no período de elaboração do Relatório de Brundtland (década de 80) que o conceito foi formalizado.

A 1ª Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, apontava a preocupação internacional com o desenvolvimento e o esgotamento de recursos. Segundo Arlete (2005) conflitos entre o norte “desenvolvido” e o sul “subdesenvolvido” expressavam interesses das corporações internacionais na exploração dos recursos naturais e na implantação de indústrias poluentes em países da periferia.

Na 2ª Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, foi publicado o Relatório Nosso Futuro Comum, assim, na Agenda 21, coloca-se o desenvolvimento sustentável como meta a ser atingida no futuro, mas sem estipular uma data para o “futuro”.

A noção de Desenvolvimento Sustentável está vinculada a divulgação de uma agenda para nortear mudanças nos padrões econômicos, na página do Relatório Brundtland se constata a preocupação em justificar os motivos de emergências de uma intervenção de cunho internacional.

Hoje temos de nos preocupar também com o modo como a deterioração ambiental pode impedir ou reverter o desenvolvimento econômico.”(...)“O necessário, agora, é uma nova era de crescimento econômico, um crescimento convincente e ao mesmo tempo

duradouro do ponto de vista social e ambiental (...). Chegou o momento de romper com os padrões do passado (...) é preciso buscar segurança através de mudança. A Comissão aponta várias providências que podem ser tomadas para reduzir os riscos ambientais à sobrevivência e indicar rumos sustentáveis para o futuro desenvolvimento. Sem essa nova orientação das atitudes e prioridades, pouco se conseguirá.(CMMAD, 1988, p.38 e 346)

Reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e desenvolvimento, e formular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido de mudanças necessárias; e dar aos indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme.” (CMMAD, 1988, p.14)

Olivo e Misoczky comentam vários trechos sobre o Relatório, comenta-se nesse artigo apenas dois considerados mais relevantes para o tema. Na primeira citação, evidencia que a disputa está voltada para o crescimento econômico e não para questões sociais, assim o capital ambiental, não é um bem da humanidade, mas um meio para viabilizar o desenvolvimento econômico. Um enunciado com o sentido vago é estrategicamente vantajoso para os atores que dominam o campo, pois desviam o foco para o que de fato está em disputa, mostrando mais um vez os interesses das corporações.

Na segunda citação, Olivo e Misoczky discorrem sobre um sentido amplo e ao mesmo tempo vago para as intenções de viabilizar a Desenvolvimento Sustentável. Qual o sentido de propostas realísticas e a quem compete a sua formulação? Que mudanças necessárias são essas? Quem está legitimado para orientar as políticas?

Deste modo, como estratégia os países tinham a cumplicidade com as regras do jogo, sempre com o propósito de obter uma negociação mais vantajosa nos termos ditados pelos mais poderosos no campo econômico. E muitas das

tecnologias de domínio de países desenvolvidos poderiam ser utilizadas para reduzir os danos ao ambiente.

Desde a assinatura da Agenda 21, “desenvolvimento sustentável” torna-se expressão usual. Desenvolvimento Sustentável passou a ser slogan de agências de todo o mundo, fomento na formulação de políticas públicas, tema de conferências e estudos. Um discurso que não atribui o problema ao modo de produção dominante, mas sim que todos são responsáveis pelos problemas de esgotamento e poluição dos recursos.

Quando o discurso aborda que o Desenvolvimento Sustentável atende as necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos a mesma oportunidade (CMMAD, 1988, p.09).

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (...). A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável, de garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas. (CMMAD, 1988, p.46-48)

Essas concepções genéricas e vagas de sustentabilidade, aberta a várias interpretações, obscurece a responsabilidade e favorece determinados atores hegemônicos. Esse jogo de palavras opacifica o desenvolvimento pautado na racionalidade econômica e enaltece a satisfação das necessidades humanas no consumo de bens materiais num mercado que é sustentável.

Na Agenda 21 implanta-se a idéia de preservação e conservação dos recursos naturais, com isso haveria a inclusão social, em especial, com a coleta, separação dos resíduos sólidos recicláveis. Esse exemplo de inclusão mostra que o discurso não é neutro, ainda há uma dominação sobre a população.

Um atendimento as necessidades de bem estar humano junto ao crescimento econômico, é uma ambivalência, pois sempre se mostraram contraditórios. Para Olivo e Misoczky, o discurso de Desenvolvimento Sustentável em outras palavras, **Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.**

tem na verdade foco na manutenção de padrões de crescimento e que o tema das necessidades básicas é utilizado como apelo de sentido humanitário em busca de sua legitimação. Envolve, portanto um processo estratégico de articulação simbólica da linguagem (que encerra interesses não explícitos) que se sobrepõe a uma política representativa, ética, de viabilização de um novo modelo de desenvolvimento, que vá além da dimensão econômica e que tenha como referência principal a vida humana.

Os discursos analisados permitem perceber as estratégias no sentido político e econômico. Mas se o leitor não adotar uma análise crítica, é possível idealizar que esta agenda esteja voltada para garantir a bem estar social.

Uma boa saúde é à base do bem-estar e da produtividade humana. Por isso uma política sanitária em bases amplas é essencial ao DS. (...) Um bom ponto de partida é proporcionar serviços básicos de saúde e assegurar que todos tenham oportunidade de usá-los. Nesse caso a infra-estrutura é relativamente barata e pode ser muito benéfica para a saúde e o bem-estar. (...) As necessidades da população são determinadas social e culturalmente e o DS requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro dos limites das possibilidades ecológicas. (CMMAD, 1988, p.119, 120 e 47)

A política de Desenvolvimento Sustentável tem como um dos principais focos estratégicos a manutenção das reservas ambientais. Trata-se estrategicamente de imprimir uma concepção de desenvolvimento sustentável com um visão de saúde voltada para a problemática social. A análise crítica deste documento desmascara o efeito simbólico e evidencia o valor do mercado.

A preocupação social em países em desenvolvimento é uma estratégia discursiva que desviam o foco de atenção do problema. tal ideologia considera o ser humano como um ser desprovido de direitos. O poder simbólico das palavras e a naturalização da forma de conceber as pessoas, é próprio do espaço da produção de bens de consumo e de serviços. Nesse contexto o homem é desprovido de autonomia e de sua essência.

O ideário do desenvolvimento sustentável foi uma resposta ao crescimento econômico, o meio ambiente passa a ser um tema importante no final do século XX e início do século XXI. Mas a idéia de desenvolvimento sustentável é um ideário construído que oculta as causas e as conseqüências da problemática ambiental, torna obscuro compreender as diferenças sociais, as formas de apropriação das riquezas. É preocupante quando utilizam o “desenvolvimento sustentável” como moda, sem analisar como se oculta a realidade (ARLETE, 2005).

Giddings (et. al. 2002) comentam sobre o negócio e marketing que se tornou a imagem do “verde” pela idéia de desenvolvimento sustentável. Na verdade o desenvolvimento é interpretado como crescimento, tal como definido na norma neoliberal dos termos econômicos. Uma das tendências da capitalismo é mercantilizar a satisfação das necessidades humanas, assim transforma a natureza em mercadoria, o social e o ambiental são termos econômicos do capital.

Desta forma os atores comprometidos com o Desenvolvimento Sustentável assumem como estão submetidos aos interesses econômicos, reduzindo a problemática ambiental a um discurso desvinculado da prática, ou buscam elaborar novos discursos que condizem com a realidade.

Cavalcante (1994) disserta que qualquer esforço de desenvolvimento no sentido de crescimento material, conduz sempre a algum tipo de agressão contra o meio ambiente. Assim a idéia de desenvolvimento sustentável é contraditória, pois qualquer melhoria econômica, sob a égide do que o homem procura, significa acumulação de capital e o esgotamento de alguma categoria de bem comum. Desta forma a desenvolvimento não pode ser literalmente sustentável.

Até mesmo em países desenvolvidos, existe um processo em que se toma emprestado capital ambiental sem a finalidade de pagamento para as gerações futuras. Para que o desenvolvimento seja sustentável tanto no discurso como na prática princípios devem ser adotados, como rigidez, simplicidade e o não consumo de bens excessivos.

Chega-se ao nível de compreender que a problemática ambiental é ampla, e seus elementos estão interconectados, mas a visão atual de mundo não da suporte

**Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território
Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.**

para a sustentabilidade, pois tem uma visão simplificadora e fragmentada, não enxerga o meio ambiente como uma realidade complexa. Para alcançar a verdade total é necessário reconhecer todas as partes (social, econômica e ambiental), conhecer a realidade complexa, ter um pensamento de totalidade.

Conclusão

Como síntese, o esgotamento do bem comum pelo crescimento econômico a qualquer preço gerou no começo do século XX preocupação com o meio ambiente. Assim, surge a noção de Desenvolvimento Sustentável vinculada a uma agenda para nortear mudanças nos padrões econômicos.

Entretanto, percebe-se no decorrer do trabalho que as concepções de desenvolvimento sustentável são vagas, abertas a diferentes interpretações. O jogo de palavras opacifica o desenvolvimento pautado apenas no econômico, desta forma, obscurece a responsabilidade e favorece determinada parte da população. Os atores comprometidos com o Desenvolvimento Sustentável assumem como estão submetidos aos interesses econômicos, reduzindo a problemática ambiental a um discurso desvinculado da prática.

Como já foi dito, não é suficiente estipular um futuro desejável em um relatório, estratégias são essenciais para as metas serem alcançadas, e a participação social é uma peça fundamental e indispensável para uma mudança no quadro dos problemas socioambientais.

Referencias Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 1988. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>. Acesso em 01/10/2016

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21**. 1992. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>. Acesso em 01/10/2016

RODRIGUES, A. M. **Problemática Ambiental = Agenda Política Espaço, território, classes sociais**. Publicado no Boletim Paulista de Geografia – “Perspectiva Crítica”, 2005. p. 91 – 1010.

CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica**. Recife. 1994. p. 153

NOBRE, E. A. C. **Desenvolvimento urbano e sustentabilidade: uma reflexão sobre a grande São Paulo no começo do século XXI**. NUTAU, 2004. Disponível em: http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/nobre_desenvolvimento_urbano_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 02/08/2016

GONÇALVES, Daniel Bertoli. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. **Revista espaço acadêmico**, N. 51, Agosto de 2005. disponível em: www.espaçoacademico.com.br. Acesso em 06/ 07/ 2016.

FREY, K. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Revista Ambiente & Sociedade**. Agosto de 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16878.pdf>. Acesso em 02/07/2016.

GESTÃO AMBIENTAL: CONFLITOS NO DISCURSO E NA PRÁTICA

EIXO 2: (GEO)POLÍTICAS DO MEIO AMBIENTE, GESTÃO DOS RECURSOS E SUSTENTABILIDADES

Camila Balista Garbeline¹

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo mostrar as contradições entre crescimento urbano e gestão ambiental em Cuiabá (MT). Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica selecionada para cobrir a definição de gestão ambiental e do licenciamento ambiental, seu nascimento, sua estrutura e os principais problemas identificados no licenciamento ambiental na visão do empreendedor privado e público em Cuiabá (MT). Mas o ensaio vai além da questão puramente ambiental, para entender a degradação “descontrolada” se atenta aos interesses econômicos, percebe-se contradições e conflitos no discurso ambiental, identifica estratégias economicamente produtivas e interesses economicamente privilegiados que continuam a degradar o meio ambiente.

Palavras-chave: Gestão Ambiental, Licenciamento, Estratégias

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo mostrar las contradicciones entre el crecimiento urbano y La gestión ambiental en Cuiabá (MT). Por lo tanto, hemos utilizado la literatura seleccionada para cubrir la definición de la gestión ambiental y la licencia ambiental, su nacimiento, su estructura y los principales problemas identificados en el otorgamiento de licencias ambientales en vista de la empresa privada y pública en Cuiabá (MT). Pero la prueba va más allá tema puramente

¹ Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Nível Doutorado.

ambiental, para entender la degradación "incontrolada" está atento a los intereses económicos, se percibe contradicciones y conflictos en el discurso ambiental, identifica las estrategias económicamente productivos e intereses económicamente privilegiados que siguen degradando El medio ambiente.

Palabras clave: Gestión Ambiental, Licencias, Estrategias

Introdução

Qual a distância entre crescimento econômico e equilíbrio ambiental? As matrizes discursivas sobre meio ambiente ocultam conflitos e contradições? Essas são algumas questões levantadas e debatidas no decorrer do trabalho, visando o entendimento da problemática do planejamento e gestão ambiental no contexto regional de Cuiabá - MT.

Parte-se de uma análise das formas especiais e das relações entre crescimento econômico e preocupação ambiental, no sentido de avançar em direção a um entendimento possível da evolução do pensamento humano frente aos conceitos de crescimento e equilíbrio ambiental. Analisa-se de forma resumida como se dá a relação entre o homem e o meio ambiente a partir dos planos de crescimento econômicos, problematizando as ações diante da não preocupação e exploração descontrolada do meio ambiente.

Tem-se um discurso ambiental que não só ajuda a proteger o meio ambiente, mas contribui para aprofundar as contradições sociais, pois contribui para mascarar as relações sociais que produzem a destruição do meio ambiente. Como grandes empresas que utilizam o selo de sustentáveis, mas devastam grandes áreas. Percebe-se uma contradição entre o discurso ambiental e a defesa do meio ambiente, identificando que o discurso é uma forma produtiva para as estratégias hegemônicas que continuam a destruir o meio e reproduzir a questão ambiental sempre de maneira ampliada.

Para construir essa problemática ambiental, é essencial deslocá-la da esfera do ambiental, do discurso do meio ambiente e redimensioná-la também para a

questão social e do modo de produção, assim, as contradições que ela revela ou pode revelar ficam mais evidentes.

O presente artigo analisa como o licenciamento ambiental se dá diante da disparidade das ações e fiscalizações ambientais ineficazes, mas além disso, procura pensar um planejamento ambiental que utiliza uma metodologia segmentada e fragmentada dificulta a eficácia do planejamento, o mesmo quando propõem a resolver os problemas sem atentar que eles são inerentes ao modo de produção. Nesse sentido, a preocupação ambiental e a preservação do meio ambiente são idealizações, se realizam mais como ideologias, pois os interesses econômicos e a reprodução do modo de produção capitalista estão inseridos nas decisões e mediações do planejamento.

Tendo como base a questão norteadora, este artigo teve como principal objetivo discutir sobre o planejamento regional e urbano sob a ótica da gestão ambiental no decorrer dos anos de 1950 a 2013 em Mato Grosso e Cuiabá.

Desenvolvimento Econômico e a Dimensão Ambiental

Após a Segunda Guerra o desenvolvimento estava voltado a economia mundial, estava ligado a parâmetros econômicos, devido a estes conceitos o planejamento ficou voltado para uma base econômica. Assim, nos anos de 1950 e 1960 surgiram os planejamentos econômicos de maior importância.

No Brasil ainda na década de 50, planejamento é visto como uma intervenção planejada do Estado, requer do Governo uma visão a médio prazo, uma proposta norteadora de sua ação (LAVINAS, 1993). Nos anos 50 as maiores evidências de iniciativas governamentais foram para impulsionar o crescimento das regiões, como o Plano de Metas que norteou o Governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960), a criação da SUDENE (1959), e criações de órgãos regionais nas demais áreas do Brasil.

Nos anos 60 e 80 o Brasil tinha como meta construir um parque industrial para ser autossustentável. Desta forma, as décadas referidas marcaram um período de grande expansão e modernização da economia do país. Muito do que se observa hoje na realidade brasileira é resultado da combinação ao longo da história, sendo o Estado o principal protagonista dessa evolução. Segundo Araújo (2000) no período de 1920 a 1980 o Estado assume uma postura de fazedor e não de regulador.

Percebe-se ao longo dos séculos de políticas territoriais um Estado preocupado com o crescimento econômico, um país com prioridade na industrialização, com planos de crescimento econômico. Nas décadas de 50, 60 e 70 a meta era um crescimento econômico imediato, não foi levada em consideração a questão com o meio ambiente. A preocupação ambiental surge oficialmente a partir de 1980 devido à degradação ambiental decorrente da industrialização e da acelerada urbanização, gerou a necessidade de organizar o uso do solo com a proteção dos ambientes ameaçados.

Nos anos 70 e 80 a preocupação com o meio ambiente, a conservação e preservação passaram a ter função importante na discussão da qualidade de vida da população. De acordo com Santos (2004), os conceitos de planejamento sofreram uma reformulação na qual a questão ambiental foi amplamente contemplada. Surgiu nessa época a tendência de elaborar planejamentos regionais integrados, com elementos voltados ao meio ambiente, para serem analisados de forma integrada entre os municípios e avaliados de forma holística.

Apesar do processo de conscientização acerca das questões ambientais, impondo restrições e determinando mecanismos de controle, fiscalização e monitoramento do meio ambiente, países como o Brasil se verifica pouca efetividade quanto a preservação e manutenção dos recursos naturais, pois os interesses econômicos acabam por prevalecer. Assim, o problema encontrado são os interesses junto ao planejamento ambiental, interesses econômicos, como a aceleração industrial, a falta de fiscalização e monitoramento ambiental, que passam a provocar graves consequências para o bem não só ambiental, mas também estar social. Os planejamentos são permeados de contradições e conflitos, tem-se um

discurso ambiental, mas contribui para aprofundar as contradições sociais. Devido a isso alguns autores comentam que um planejamento e uma gestão voltado à conservação ambiental é mais um ideal utópico.

A gestão ambiental fracassa pelas contradições políticas voltadas a questão econômica, no processo de planejamento é comum que a economia domine as decisões, para Santos (2004) o problema no Brasil é que se critica mais a estrutura organizacional e o processo de desenvolvimento do planejamento do que as fundamentações que o norteiam, é preciso entender os fundamentos das degradações, atentar para o modo de produção e não deixar a população fora das análises. O caminho é longo e caminhamos em passos lentos na construção dos fundamentos que devem conduzir o planejamento voltado a preocupação ambiental e conservação do meio ambiente.

Os tópicos a seguir irão mostrar uma gestão voltada para o crescimento econômico de Mato Grosso, a expressão regional de Cuiabá como polo de desenvolvimento, e o problema em relação à gestão ambiental, problemas como de interesse econômico junto ao planejamento ambiental, onde o discurso ambiental contribui para mascarar as relações sociais que produzem a degradação do meio ambiente, desenvolvendo graves consequências para o bem estar da população.

O Sistema de Licenciamento Ambiental em Mato Grosso e Cuiabá.

Todo aglomerado regional comporta elementos (cobertura vegetal, relevo, atividades produtivas etc.), fluxo de pessoas, serviços, e vulnerabilidade (propensão a deslizamentos, qualidade das águas etc.) que se combinam no espaço. Lidar com essas combinações obriga a trabalhar os limites políticos administrativos dos municípios, e o que é particular a cada município. Importante lembrar que em todas essas atividades há permanente demanda por ações integradas e coordenadas, seja a nível inter ou intra-municipal (EGLER e GUSMÃO, 2014).

Sabe-se que o crescimento populacional e determinados empreendimentos agredem o meio ambiente, esse é o contexto de Cuiabá, com novos empreendimentos a cidade se tornou um canteiro de obras que reflete danos à população e ao meio ambiente.

Neste contexto se insere o licenciamento ambiental para minimizar os níveis de degradação ambiental. O licenciamento ambiental constitui o processo administrativo no qual o órgão competente licencia o processo de implantação ou operação de empreendimento com níveis de degradação ambiental. O licenciamento é realizado perante um órgão federal, estadual ou municipal. No Brasil o processo de licenciamento envolve três licenças, são elas: licença prévia (LP); licença de instalação (LI) e licença de operação (LO).

O Sistema Estadual de Mato Grosso é representado pelo Governo do estado de Mato Grosso que define as diretrizes da política ambiental do estado, em seguida é representado pela Sema (Secretaria do Estado de Meio Ambiente), que fiscaliza e licencia projetos ambientais. O sistema ambiental do estado de Mato Grosso é composto pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), que assessora, avalia e propõe ao governo do estado as diretrizes da política estadual do meio ambiente; pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (Cehidro), que exerce funções normativas, deliberativas e consultivas pertinentes a formulação, implantação e acompanhamento da política de recursos hídricos do estado; composto também por órgãos ou entidades integrantes da administração pública estadual, ou a ela vinculada, cuja atividades estejam relacionadas ao uso e preservação ambiental, são responsáveis pela fiscalização e controle das atividades potencialmente degradadoras da qualidade ambiental ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades (Rosetto e Silva, 2013).

No sistema de licenciamento do município de Cuiabá foi realizado o processo de transferência do Estado para a prefeitura para efetivar o licenciamento. No município de Cuiabá o órgão municipal do meio ambiente é a Smades. No município foi criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) – Lei nº 4.013, de 26 de dezembro de 2000.

Na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Cuiabá (Smades), constatou-se que os aspectos relacionados ao gerenciamento urbano ocupavam 90% das ações e somente 10% voltada para o meio ambiente (Rosetto e Silva, 2013), mostrando que ainda não houve uma mudança na postura diante da utilização dos recursos naturais, ainda é minoritária a preocupação ambiental.

Para um melhor entendimento, ao analisar um processo de solicitação de licença prévia (LP) para a implantação de um empreendimento, arquivado na DMA/Smades em Cuiabá, ele foi encaminhado ao IPDU/Smades, que realiza o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), em seguida há a solicitação da aprovação do CMDE e, na sequência é encaminhado para a Câmara de Gestão Urbana e Ambiental da Governança Integrada. Nesse contexto percebe-se que o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) não foi consultado, mostrando a fragilidade do seu papel no Sistema Municipal de Meio Ambiente (Simma). (Rosetto e Silva, 2013).

As leituras evidenciam que a definição de cada órgão e suas competências ficam confusas devido a infinidade de sistemas intervenientes nos processos, que acabam influenciando na conjuntura das formas que inviabilizam o diálogo dos atores envolvidos, causando uma fragilidade no papel a ser desempenhado pelos órgãos competentes. Além desse fato, tem o problema com a ineficiência das ações decorrentes das secretarias, pois estas contam com um corpo de funcionários insuficientes.

Outros problemas identificados no licenciamento ambiental no Estado de Mato Grosso e no município de Cuiabá na visão do empreendedor público, como mostra o Quadro 1, é a infraestrutura insuficiente do órgão licenciador, a insuficiência de técnicos no órgão ambiental licenciador, falta de informação do órgão, pouca participação e contribuição nas audiências públicas, e monitoramento e fiscalização do órgão ambiental são deficientes.

Já na visão do empreendedor privado os problemas identificados no licenciamento ambiental no Estado de Mato Grosso e no município de Cuiabá, são:

**Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território
Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.**

estudos ambientais inadequados, infraestrutura física e logística do órgão ambiental insuficiente, insuficiência de técnicos no órgão ambiental licenciador, tempo excessivo para expedição das licenças, pouca participação nas audiências públicas, pequena contribuição das audiências públicas no aperfeiçoamento dos estudos, falta de clareza nas exigências constantes das licenças, e falta de roteiros e informações aos empreendedores (Quadro 2).

Quadro 1: Principais problemas identificados no licenciamento ambiental na visão do empreendedor público.

Problemas	Mato Grosso	Cuiabá
Estudos Ambientais Inadequados	-	-
Solicitação excessiva de informações e estudos complementares	-	-
Infraestrutura do órgão licenciador insuficiente	X	X
Insuficiência de técnicos no órgão ambiental licenciador	X	X
Falta ou deficiência na informação do órgão ambiental licenciador	X	X
Tempo excessivo para análise do estudo ambiental	-	-
Tempo excessivo para expedição das licenças	-	-
Falta de padronização dos procedimentos de análise do órgão ambiental	-	X
Pouca participação nas audiências públicas	X	X
Pequena contribuição das audiências públicas no aperfeiçoamento dos estudos	X	X
Alto valor das taxas de licenciamento ambiental	-	-
Falta de clareza nas exigências constantes das licenças	-	-
Baixo grau de cumprimento das medidas de intervenção	-	-
Monitoramento e Fiscalização do órgão ambiental deficientes	X	X

Organização: Camila Balista Garbeline, 2016

Fonte: Rosetto e Silva, 2013

O quadro assinala os problemas identificados no processo de licenciamento ambiental efetuado pelo estado e pelo município que licenciam, de acordo com o empreendedor privado.

Quadro 2: Principais problemas identificados no licenciamento ambiental na visão do empreendedor privado

Problema Empreendedor	Mato Grosso		Cuiabá	
	Empresa A	Empresa B	Empresa A	Empresa B
Estudos ambientais inadequados	X	X	X	X
Solicitação excessiva de informações e estudos	-	-	-	-
Infraestrutura física e logística do órgão ambiental insuficiente	X	X	X	X
Insuficiência de técnicos no órgão ambiental licenciador	X	X	X	X
Tempo excessivo para análise do estudo ambiental	-	-	-	X
Tempo excessivo para expedição das licenças	X	X	X	X
Pouca participação nas audiências públicas	X	X	X	X
Pequena contribuição das audiências públicas no aperfeiçoamento dos estudos	X	X	X	X
Alto valor das taxas de licenciamento ambiental	-	-	-	-
Falta de clareza nas exigências constantes das licenças	X	-	X	X
Monitoramento e fiscalização do órgão ambiental deficiente	-	-	-	-
Falta de roteiros e informações aos	X	X	X	X

empreendedores				
----------------	--	--	--	--

Organização: Camila Balista Garbeline, 2016

Fonte: Rosetto e Silva, 2013

Analisando alguns pontos do quadro, os empreendedores públicos e privados demonstram a pouca participação nas audiências públicas no licenciamento ambiental. Sabe-se que para o processo de licenciamento ambiental é importante a participação nas audiências públicas em diversos momentos do processo. Ocorrer a oportunidade de difundir conhecimentos, promover o reconhecimento público das atividades e dos processos humanos que degradam o meio ambiente. Entretanto, a condução da participação ainda é amadora, os debates são longos e alguns puramente ambientais, assim, os problemas principais são mascarados, ganhando destaque os temas que as forças econômicas desejam salientar.

Percebe-se também que não se inclui junto aos problemas identificados no licenciamento ambiental a preocupação com as alterações na vida da população. Mostra que o licenciamento ambiental baseia-se unicamente para minimizar os níveis de degradação ambiental, o órgão licencia o processo de implantação ou operação de empreendimentos com níveis de degradação ambiental. Mas retorna a questão principal, uma metodologia fragmentada e puramente ambiental propõe-se a resolver os problemas?

É certo afirmar que o perfil do órgão de licenciamento ambiental deve atender aos pontos que mostram deficiência pelos empreendedores públicos e privados, incluindo sua competência pessoal, estrutural, a participação em audiências públicas para a devida proteção do meio ambiente. Mas ir além, não enfrentar o problema de forma superficial, não tem como resolver os problemas sem atentar que eles são inerentes ao modo de produção, para conseguir entender os fundamentos dessa degradação “descontrolada”.

Cuiabá (MT) como outros municípios, e como todo o estado de Mato Grosso segue em crescimento ainda dentro dos parâmetros tradicionais de exploração e ocupação desordenada do território, os órgãos ambientais competentes e a população não detêm autonomia e força frente aos interesses políticos e econômicos, assim, a base política ambiental ainda é questionável.

A população e os movimentos sociais tem que ir a rua pela manutenção da preservação do meio ambiente, a sociedade civil deveria estar envolvida nos temas e nos indicadores socioambientais.

Outra forma de poder da população diante dos interesses econômicos e políticos está participação social nas audiências públicas sobre os empreendimentos, mesmo a participação da população enfrentando dificuldades como a deficiência no sistema legal, manipulação de interesses econômicos, a quase inexistente divulgação de informações referentes a gestão ambiental deve-se lutar pelo direito de um bem estar social. Para Finsonet al. (2005) a participação social junto ao planejamento pode ter um efeito positivo sobre as técnicas de mitigação dos projetos. Boas práticas de participação são caracterizadas por aquelas em que todas as partes interessadas são incluídas, a informação é compartilhada de forma aberta e a vontade de encontrar soluções é de interesse mútuo. Os níveis de participação podem evoluir para formas mais democráticas dependendo de como a população movimenta-se para lutar por esse direito. Como lembra Canter (1998), não basta que as pessoas sejam ouvidas, é preciso incorporar a informação no processo decisório.

Considerações Finais

Percebe-se ao longo dos séculos de políticas territoriais um Estado preocupado com o crescimento econômico, um país com prioridade na industrialização, com planos de crescimento econômico. Nas décadas de 50, 60 e 70 a meta era um crescimento econômico imediato, não foi levado em consideração a questão ambiental. Nos anos 70 e 80 a preocupação com a questão ambiental, a

conservação e preservação dos recursos naturais passaram a ter função importante na discussão da qualidade de vida da população.

O trabalho identificou os problemas relacionados ao licenciamento ambiental, mostrando as insatisfações dos empreendedores. Assim, o perfil do órgão de licenciamento ambiental deve atender a esses pontos que mostram deficiência, incluindo sua competência pessoal, estrutural, a participação em audiências públicas para a devida proteção do meio ambiente. As ações devem ter como foco os principais problemas locais e regionais, utilizando de mecanismos na fiscalização, monitoramento e controle dos empreendimentos em relação aos impactos ambientais, mas ir além, não ocultar a população da análise, os conflitos, atentar para as perdas que ocorrem com alterações na vida da população.

Cuiabá (MT), como outros municípios, e como todo o estado de Mato Grosso segue em crescimento ainda dentro dos parâmetros tradicionais de exploração e ocupação desordenada do território, os órgãos ambientais competentes e a população não detêm autonomia e força frente aos interesses políticos e econômicos, assim, a base política ambiental ainda é questionável.

Cabe ressaltar que nenhuma gestão se efetiva, verdadeiramente sem a participação popular. Entretanto, os princípios de participação só são efetivados se os planejadores enxergarem a população envolvida como sujeitos ativos, e não como objeto do planejamento com voz passiva. Deve-se garantir poder aos grupos sociais, mas por outro lado, é necessário compreender que poder não significa posse sobre a decisão, mas sim força para influenciar na tomada de decisão.

Com todas as leituras e informações sobre gestão ambiental, percebe-se uma contradição entre o discurso ambiental, identificando que o discurso é uma forma produtiva para as estratégias que continuam a degradar o meio ambiente. Nesse sentido a preocupação ambiental e a preservação do meio ambiente são idealizações, se realizam mais como ideologias, pois os interesses econômicos do modo de produção estão inseridos nas decisões e mediações dos gestores.

Referências Bibliográficas

ARRAIS, T. A. **A produção do território goiano: economia, urbanização e metropolização**. Goiânia, Editora UFG, 2013.

ARAÚJO, Ângela. **Do corporativismo ao neoliberalismo.**, Rio de Janeiro. Bomtempo Editorial, 2000.

CUIABÁ. **Perfil Socioeconômico de Cuiabá**, Volume V. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2012.

EGLER, C. A. G.; GUSMÃO, P. P. Gestão Costeira e Adaptação às Mudanças Climáticas: O Caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, v. 14, p. 65-80, 2014.

FINSON, R.; TULER, S.; WEBLER, T. Competing perspectives on public involvement: Planning for risk characterization and risk communication. *Health, Risk & Society*. 2005.

LAVINAS, L. A experiência de planejamento regional no Brasil. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1993.

MOREIRA, R. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. *Formação Espacial Brasileira: uma contribuição crítica à Geografia do Brasil*. Rio de Janeiro, Consequência, 2012.

MORENO, Gislaene. Políticas e Estratégias de Ocupação. In: MORENO, G., HIGA, T. C. S. *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

MOTA, S. *Urbanização e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

RODRIGUES, A. M. A Matriz Discursiva sobre o “Meio Ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012.

Anais do 2º CONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.

ROSETTO. O. C.; SILVA. L. B. S. M. Mato Grosso. In: MOTA, D. M.; PÊGO, B. (orgs.). Licenciamento Ambiental para o Desenvolvimento Urbano: avaliação de instrumentos e procedimentos. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SANTOS, R. F. de. Planejamento Ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos. 2004.

GESTÃO TERRITORIAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS: O PARQUE ESTADUAL DOS PIRENEUS

Eixo 2- (Geo)Políticas do Meio Ambiente, Gestão dos Recursos e Sustentabilidades.

Edna de Araújo Andrade¹

Resumo: O presente trabalho está relacionado à tese de doutoramento em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e tem como temática a gestão territorial em unidades de conservação. O objetivo geral foi compreender como é realizada a gestão das unidades de conservação como territórios portadores de recursos naturais, considerando as interfaces existentes com os conflitos socioambientais. O estudo contempla o Parque Estadual dos Pireneus, localizado no estado de Goiás, criado em 1987, e o recorte espacial abrange sua área e os entornos. Os resultados demonstraram que os conflitos socioambientais e os consensos historicamente consolidados impactam, interferem e caracterizam a atual gestão do território da unidade de conservação.

Palavras-Chave: Unidades de Conservação; Gestão Territorial; Conflitos Socioambientais.

Abstract: This work is related to the doctoral thesis in development at the Postgraduate Studies Program in Geography of the Federal University of Goiás

¹ Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Socioambiental (UFG/IESA).

(UFG) and its subject is territorial management in protected areas. The overall objective was to understand how the management of protected areas is carried out, as they are territories with natural resources, considering existing interfaces with socio-environmental conflicts. The study includes the State Park of the Pirineus, located in the state of Goiás, created in 1987. The study includes the State Park area, as well as its surroundings. Partial results showed that socio-environmental conflicts and historically consolidated consensus impact, interfere and characterize the current management of the territory of the protected area.

Keywords: Protected areas; Territorial management; Socio-environmental conflicts.

Resumen: El presente trabajo está relacionado con el desarrollo de la tesis doctoral en el Programa de Postgrado en Geografía de la Universidad Federal de Goiás y tiene como tema la gestión territorial en las unidades de conservación. El objetivo general ha sido comprender cómo se realiza la gestión de las unidades de conservación como territorios portadores de los recursos naturales, considerando las interfaces existentes con los conflictos socioambientales. El estudio abarca la extensión del Parque Estatal de los Pirineos, ubicado en el estado de Goiás, creado en 1987, y sus alrededores. Los resultados parciales mostraron que los conflictos ambientales y los consensos consolidados históricamente impactan, interfieren y caracterizan la gestión actual del territorio de la unidad de conservación.

Palabras Clave: Unidades de Conservación, gestión territorial, conflictos socioambientales.

Introdução

As áreas protegidas representam instrumento geopolítico de controle e gestão território, e têm se estabelecido como tema de investigação científica, principalmente

por estarem intrinsecamente integradas à constituição de conflitos envolvendo populações humanas e o uso do território das unidades de conservação.

A implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000, por sua vez, aponta para a consolidação da política nacional de gestão territorial, estabelecendo os critérios e regras para o manejo de áreas protegidas nas diferentes escalas da federação.

Nessa tônica, com a presente pesquisa busca-se contribuir para a reflexão teórica da dimensão geográfica na análise da dinâmica territorial que surge com a criação de unidades de conservação. O incremento da estratégia de criação de UC no Brasil, assim como o aumento das atenções pela comunidade científica aponta para o delineamento de um campo de estudos específico, que comporte uma agenda de estudos autônomos daqueles motivadas pelas preocupações do movimento ambiental ou das populações tradicionais (VARGAS, 2007).

Pesquisas nesse tema indicam uma mudança de foco na abordagem das relações entre natureza e sociedade, fortalecendo uma visão crítica e politizada dessa realidade. Nessa perspectiva, a noção de conflito tem sido apresentada como alternativa para revelar a heterogeneidade de interesses e das relações que orientam os processos societários e afetam a gestão desses territórios.

Os problemas relacionados à regularização fundiária continuam representando as principais causas de conflitos, contudo, outros relativos ao uso dos recursos naturais, tais como o potencial energético de rios e mananciais para empreendimentos de geração de energia, insumos para a indústria madeireira, mineral (areia, carvão, minério de ferro, calcário, fosfato etc.), recursos pesqueiros e de espécies nativas para produção de cosméticos e alimentos (recursos genéticos vegetais e animais), além da apropriação paisagística pela indústria de turismo e do mercado imobiliário, retratam a complexidade posta à gestão das unidades de conservação.

Nesse contexto, a questão central que motivou o estudo é o interesse em compreender como ocorre a gestão das unidades de conservação, considerando os diversos componentes políticos, sociais, econômicos, simbólicos, etc. envolvido no uso do território. A problemática envolve dimensões relacionadas à dinâmica do uso do território com a criação e implantação da unidade de conservação, à influência no modelo de ocupação no entorno, e à participação e às ações dos atores sociais na gestão desses territórios. As hipóteses aventadas são de que as dimensões socioambientais implicam nos usos e modificações que ocorrem no território; e que o processo de criação e instituição das UC em Goiás, resultou em dinâmicas específicas no uso do território e em conflitos socioambientais que compõem, interferem e caracterizam a atual estrutura de gestão dessas unidades.

O estudo tem como objeto o Parque Estadual dos Pireneus, gerido pela Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), que tem como competência, dentre outras, a formulação, a coordenação e a execução da política estadual do meio ambiente, recursos hídricos e biodiversidade.

O PEPI (Figura 01) se refere à segunda UC estadual de proteção integral criada em Goiás, no ano de 1987 (antes havia somente o Parque da Serra de Caldas Novas, criado em 1976), pela Lei nº 10.321, de 20/11/1987, e regulamentado pelo Decreto nº 8.430, de 12/10/1997. Foi delimitado em 2.833 hectares e abrange os municípios de Pirenópolis, Cocalzinho e Corumbá de Goiás.

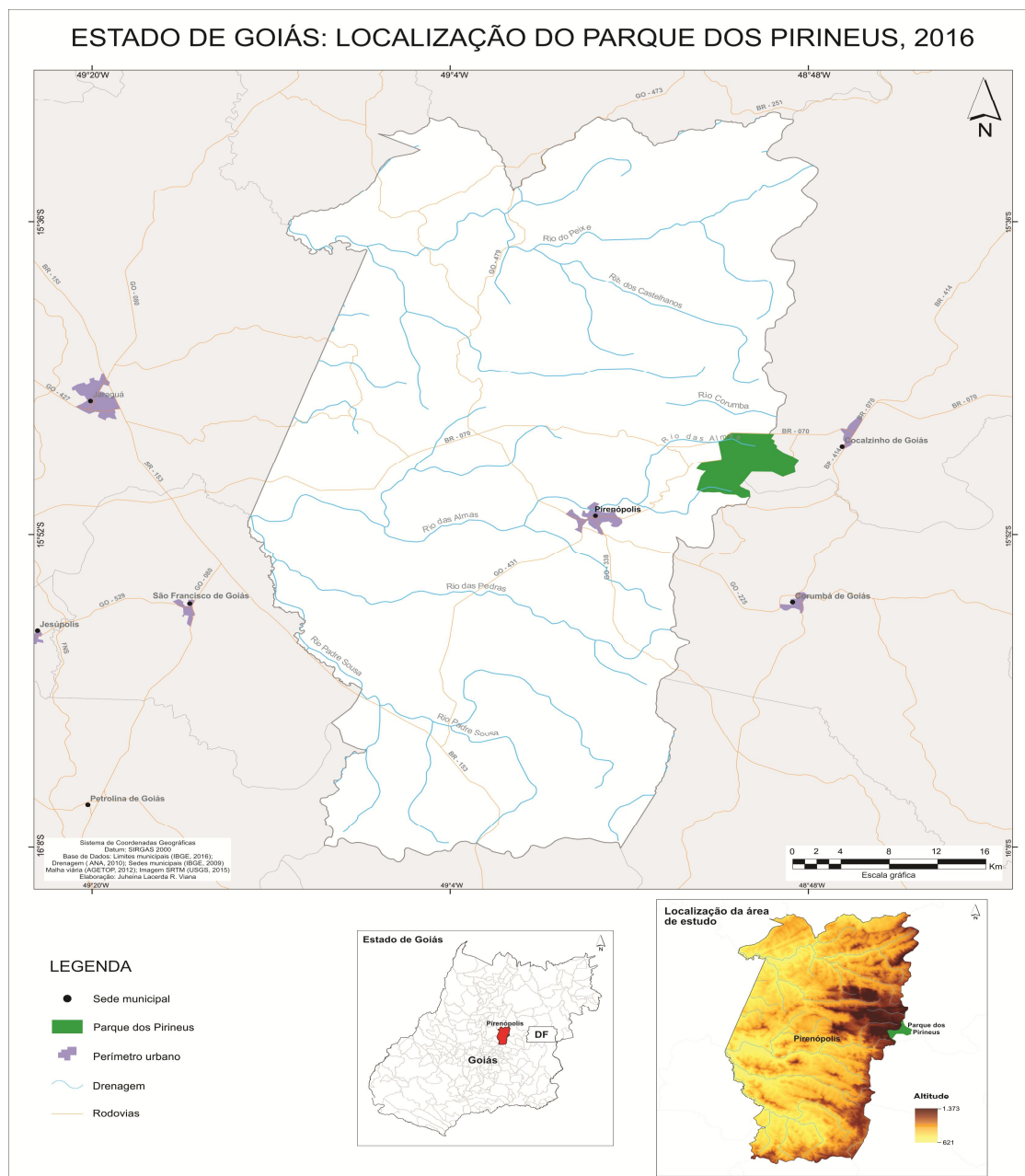
Conforme o Decreto supracitado, a UC tem como objetivo “preservar a fauna, a flora e os mananciais ali existentes, protegendo sítios naturais de excepcional beleza” (GOIÁS, 1987). Tem também como finalidade declarada a preservação de fitofisionomias associadas ao Cerrado sentido restrito, Cerrado Rupestre, Campo Limpo, Mata Seca e Mata de Galeria.

Em sua área encontra-se um importante marco geográfico, o segundo maciço mais elevado do Estado de Goiás, o Pico dos Pireneus, com 1.380 metros

de altitude, que engloba um dos diversos divisores das bacias hidrográficas do Tocantins e Paraná.

A gestão do Parque apresenta vulnerabilidades relacionadas às atividades folclóricas, religiosas e turísticas. Pela proximidade de grandes cidades como Brasília (150 km) e Goiânia (130 km), a Serra dos Pireneus e seus entornos têm sido sujeitos a uma crescente pressão antrópica, que leva à substituição das paisagens naturais por outros usos do solo. A degradação do ambiente também é preocupante, devido, principalmente, às atividades de minerações, de extração de quartzitos localmente denominados de “pedra de Pirenópolis” (BOSQUETI, 2008).

Figura 01- Localização do Parque dos Pireneus



A regularização fundiária ainda não está totalmente concluída, sendo que em 24% da área do parque existem processos pendentes de decisões judiciais, devido à contestação de valores por parte dos proprietários. A área de delimitação não está totalmente cercada, e a facilidade de acesso e a demanda significativa pelos recursos naturais existentes no seu interior são os fatores que mais contribuem para

a vulnerabilidade da gestão da UC. Além disso, o Conselho Consultivo, que está na sua terceira composição, tem dificuldade de atuação, devido, principalmente às deficiências no planejamento das ações, à falta de interesse da população em integrar e participar e aos conflitos de interesse entre seus membros (GOIÁS, 2014).

Dentre os 12 parques estaduais, conforme a avaliação da eficácia de gestão realizada, (Andrade, 2012), e a Avaliação Rápida da Priorização da Gestão – RAPPAM, aplicada pelo *World Wide Fund for Nature -WWF*, em 2014, o PEPI está entre as três unidades com maior vulnerabilidade relacionada à ocupação humana no interior e atividades agropastoris realizadas no entorno.

Procedimentos Metodológicos

O levantamento teórico-conceitual sobre a gestão territorial de áreas protegidas foi subsidiado em pesquisa bibliográfica, e para conhecer e caracterizar o processo ambiental e social da ocupação humana no entorno do parque foi realizada pesquisa documental, identificando os principais atores que participaram na definição de seu recorte espacial, bem como aqueles que influenciaram e ainda se envolvem na gestão e nos usos do território.

Foram examinados a legislação, os documentos normativos, gerenciais e operacionais da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Cidades, Infraestrutura e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, relacionados à unidade de conservação. Foram também aplicadas entrevistas semiestruturadas com os gestores das unidades de conservação, e com os servidores que atuam diretamente no Parque.

Nos trabalhos de campo executados em julho e agosto do presente ano foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os moradores e proprietários rurais localizados no entorno, considerando a zona de amortecimento, numa área de 3 km. Foram entrevistados, também, os proprietários que fizeram parte do processo

histórico, das propostas para o traçado geográfico do Parque e os que tiveram terras desapropriadas com a criação da unidade.

TERRITÓRIO, POLÍTICAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: A GESTÃO TERRITORIAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O ponto essencial da discussão sobre a categoria território e sua incorporação na política admite que o território, modernamente, é entendido não apenas como limite político administrativo tendo apenas o Estado como ator hegemônico do poder, mas como espaço efetivamente usado pela sociedade.

Assim, a política, o poder e, conseqüentemente, o território não está, necessariamente, associado ao poder do Estado e ao território nacional. Não obstante o poder político de caráter restrito ao Estado seja um dos modos pelos quais o poder se apresenta, ele não corresponde à totalidade da natureza do poder (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2009).

Haesbaert (2009, p. 94) também apresenta dois aspectos constitutivos dos territórios. Uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem, representando, também uma forma de apropriação, e uma dimensão de caráter político disciplinar (e político-econômico), mais concreta, representada pela apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.

Nesse enfoque, as unidades de conservação podem ser entendidas com territórios apropriados pelo poder estatal com a finalidade de controlar o uso dos recursos naturais neles contidos e de disciplinar o manejo dos recursos naturais através do controle das atividades humanas nelas desenvolvidas. As unidades de conservação de uso restrito vêm ganhando espaço nas políticas públicas. Entretanto, o modelo preservacionista tem desenvolvido intensa pressão sobre populações locais do interior e/ou do entorno dos parques, obrigando a se retirarem

de suas propriedades, restringindo o uso dos recursos naturais existentes nessas áreas.

Recentes debates sobre a problemática das unidades de conservação têm demandado uma aproximação entre os múltiplos significados de território. Na Geografia, a preocupação com a conservação ambiental, do planejamento de áreas protegidas, bem com a dinâmica desses espaços territoriais, com uma perspectiva de análise ecológica, remete aos conhecimentos desenvolvidos na geografia física em geral e na biogeografia em particular, e, mais recentemente, nas discussões sobre a territorialidade.

As territorialidades refletem a “multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade” e se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações, “é a face vivida da face agida do poder” (RAFFESTIN, 1993, p 162). É no dia-a-dia que são construídos territórios e territorialidades.

Quando há uma delimitação de uma determinada área, aplica-se aí um tipo de poder de natureza política, no sentido estrito ou restrito ao poder do Estado. Está explícito nessa delimitação, também, o modo de controle estabelecido sobre as pessoas e os recursos presentes no território. Esse novo recorte espacial confere legitimidade às identificações sociais existentes, a exemplo da criação de um novo município, território indígena ou unidade de conservação. Dessa forma, novas identificações são constituídas e outras já existentes são fortalecidas, e outras formas de poder e de relações entre elas emergem (HAESBAERT, 2009).

Se por um lado existe um modelo de política de unidades de conservação, do ponto de vista global, também há influências em nível político dos estados, municípios e localidades de acordo com os interesses para a criação de uma unidade de conservação e a escolha de sua categoria. Em qualquer dos casos estabelecem relações de poder sobre uma base territorial, em que a criação de uma unidade de conservação gera um processo de desterritorialização e re-territorialização.

Em anos recentes esse tema vem se consolidando, sobretudo por estar associados à geração de conflitos pelo uso do território. A importância da análise dos usos do território se circunstancia, então, nos enfoques contemporâneos sobre a multidimensionalidade do poder, dos múltiplos territórios e nas múltiplas territorialidades (RUCKERT, 2010).

O termo “gestão territorial”, por sua vez, tem sido largamente utilizado e como em diversos outros casos, vem produzindo uma espécie de “dissonância cognitiva” em que os discursos parecem idênticos, mas os significados nem sempre coincidem. Atualmente, diversos setores utilizam do termo (gestão territorial) para designar processos e atividades que compreendem ações públicas de regulação, de instituição, de repartição, de inversão, assim como ações privadas de logística, de investimento, de agregação de valor e de conquista ou expansão de mercados (DALLABRIDA, 2007, p. 6).

O sentido tradicional do termo “gestão” refere-se à existência de uma organização, real ou virtual, que congrega pessoas, entidades e recursos, que interagem dentro de um determinado ambiente, compartilhando regras e objetivos. A gestão territorial geralmente segue alguns paradigmas de descentralização e de participação social na execução de políticas públicas, assim como da transparência e controle sobre as ações de interesse geral. Na sua concepção mais atual a gestão territorial tem o sentido de ordenar os papéis dos atores na gestão dos processos de desenvolvimento, promovendo a articulação de instrumentos públicos e privados, mediando conflitos de interesses, influenciando, assim, na distribuição e uso do poder no âmbito de um dado território, objeto de intervenção de uma ação pública.

Os conflitos socioambientais ocorrem, nesse enfoque, em função dos embates entre grupos sociais que tem modos diferentes de se inter-relacionar com o ambiente social e natural, ou seja, os conflitos surgem das interações ecológicas entre os diversos atores sociais e com o meio biofísico (LITTLE, 2001). Assim, os problemas ambientais são formas de conflitos sociais, que envolvem interesses, sentidos e fins, na relação homem e ambiente, ou seja, os conflitos ambientais

configuram-se quando os atores sociais defendem distintas lógicas para a gestão dos bens ambientais.

Os estudos provenientes da sociologia ambiental têm associado à categoria conflito o enfoque das interfaces. Essas análises não estão centralizadas nos indivíduos ou nas estratégias de grupo, mas nas ligações e redes de relações e de conexão que se desenvolvem entre atores com diferentes modos de vida. Com o tempo, a própria interface pode se tornar uma estrutura social portadora de um *módus operandi* próprio, com regras, projetos, estratégias de convivência e atuação. Quanto mais a interface se consolida, maior é seu potencial de irradiação para outras escalas mais amplas de atuação, assim como de provocar a mudança social (LONG, 2007).

GESTÃO TERRITORIAL DO PARQUE ESTADUAL DOS PIRENEUS: RESULTADOS PARCIAIS

Em 1984, o Pico dos Pirineus, no Município de Pirenópolis, foi transformado em ponto turístico e o Poder Executivo autorizado a promover a competente desapropriação no local. Em 1987 (Lei Estadual nº 10.321) houve a Parque Estadual dos Pirineus (PEPI), no município de Pirenópolis, abrangendo a área dos Picos dos Pirineus, suas serras e encostas. Somente em 1997, foram estabelecidos os limites do Parque Estadual dos Pirineus, com localização abrangendo os Municípios de Pirenópolis, Cocalzinho e Corumbá de Goiás, e demarcação realizada pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), com a definição da quarta e última proposta de seu traçado geográfico.

Conforme as pesquisas constantes no “Projeto da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMAGO) sobre o Parque Estadual dos Pirineus”, de 21/08/1995, realizadas pela empresa Furnas Centrais Elétricas S.A., a área era composta em quase sua totalidade de solos tipo cambissolos, considerados inadequados ao uso

agrícola, uma vez que apresentam um grau de fertilidade quase nulo. A valorização das propriedades decorriam, então, dos recursos naturais e potenciais turísticos.

Os conflitos existem desde então. Nessa época, os proprietários de terras se movimentaram e não mediram esforços para coibir a ação do poder público. Recorreram ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ó visando à obtenção do reconhecimento de suas propriedades como RPPN. Em um dos documentos datados de 1995, denominado “Memorial do Parque dos Pireneus”, um dos mais antigos proprietários de terras aponta que o longo período transcorrido resultou em “toda sorte de prejuízos pela desvalorização da área para compra e venda, bem como no investimento nas propriedades”.

Registros documentais e declarações nas entrevistas apontam que o traçado geográfico da área, tendo como limite a Rodovia BR 070, deixou de integrar no território do Parque as nascentes do Rio Corumbá e grandes cachoeiras. Segundo os proprietários de terras á época, as divisas foram traçadas em “Zig e Zag”, excluindo determinados moradores e atendendo a interesses políticos.

Destaca-se que a maior parte das terras pertencia à arquidiocese de Anápolis-Go, e foram doadas ao Poder Público. Desde o início do século XX acontecia nessa área a “Festa do Morro”, em louvor à Santíssima Trindade. Em 1927, o Comendador Cristovam José de Oliveira, um tradicional “festeiro”, erigiu uma pequena capela sobre o pico, originalmente de madeira, onde foi realizada a primeira missa, em 18 de junho de 1827. Após a criação da Unidade de Conservação os conflitos entre os festeiros e o Estado resultaram em acordo (com apenas algumas normas e restrições formalizadas) para a continuação da festa que passou a acontecer no interior do Parque, anualmente, durante uma semana. Restou evidenciado que o poder econômico das famílias tradicionais, associado ao poder da igreja, sobrepuseram ao poder e interesse do Estado.

Figura 02 - Capela no Pico dos Pireneus



Fonte: registro da autora, julho/2016

Figura 03 - Acampamentos no Parque dos Pireneus durante a Festa do Morro



Fonte: registro da autora, julho/2016

Observou-se que uma parte da festa envolve grupos de jovens que aproveitam as férias de julho para acampar, fazer escaladas e divertir em contato com a natureza. Na percepção dos proprietários da época da criação do parque e atuais moradores do seu entorno, houve descaracterização das origens e motivações da festa, que se torna, por vezes, em área de *camping*, dada ao consumo de bebidas alcoólicas, drogas e música mecânica, sem a representatividade dos aspectos religiosos e simbólicos.

Foi possível perceber, também, os territórios demarcados durante a festa. Houve narrativas no sentido que as “pessoas estranhas” são retiradas dos limites

delimitados pelas famílias, e levados a montar seus acampamentos em outros locais.

Destacam-se, também, os conflitos envolvendo os proprietários de gado no entorno, que fica solto fazendo pastagem no interior do parque. Esse fato permanece embora já tenha sido objeto de questionamentos pelo Ministério Público Estadual em Pirenópolis. Nas declarações de um dos proprietários “não vou tirar meu gado, o Estado que coloque cercas nesse parque”.

Foram identificados outros atores e conflitos, como os escaladores. Pelas normas atuais está proibida a escalada no Morro do Cabeludo, uma formação rochosa localizada em frente ao Pico dos Pireneus onde são encontradas espécies endêmicas rupestres, como cactos, orquídeas e bromélias. Em outros locais, pelas informações dos moradores entrevistados, apesar de ainda ocorrerem algumas fiscalizações pontuais, as escaladas acontecem repetidamente, inclusive com grandes eventos, reunindo milhares de pessoas. Durante uma das visitas ao Parque foi possível observar escaladas sendo realizadas á noite.

Igualmente acontece com os jipeiros e ciclistas que fazem trilhas no parque, de forma individual e coletiva. A despeito das normas proibitivas que tem resultado em conflitos e embates com os guarda-parques, na percepção de todos os atores entrevistados existem um “consenso informal” indicando a consolidação dessas ocorrências na gestão da unidade. Os moradores do entorno apontaram, ainda, a incidência de extração de plantas medicinais no território do parque, realizadas por “raizeiros” para vender na cidade de Pirenópolis. Essas situações também geram conflitos com os gestores do parque e com outros atores que disputam o uso do território.

Considerações finais

As evidências obtidas até então sinalizam para a sustentação da tese, apontando para o delineamento da gestão, de forma caracterizada pelos atores e conflitos socioambientais. A forma pela qual o parque está sendo gerido implica em

reconhecer que a participação, a interferência, e o poder dos atores sociais implicaram em dinâmicas específicas no uso do território que determinam a gestão territorial da unidade de conservação.

Nas interpretações está compreendido, essencialmente, o viés da multiplicidade e da visão relacional para a compreensão do território das unidades de conservação. Essas análises incorporam a concepção integradora do espaço social em suas múltiplas perspectivas, assumindo importância na Geografia como disciplina que busca apreender os processos decorrentes da relação sociedade-natureza.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Edna de Araújo. **Avaliação da Eficácia da Política de Gestão das Unidades de Conservação do Estado de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente). Centro Universitário de Anápolis – Uni Evangélica: Anápolis, 2012.

BOSQUETI, Lorryne Barros. **Análise da estrutura da paisagem e fitofisionomias do Parque Estadual de Pireneus, Goiás/Brasil**. Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Centro de Energia Nuclear na Agricultura: Piracicaba, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-25112008-103815/pt-br.php>. Acesso em 09 nov. 2014.

DALLABRIDA, Valdir Roque. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**. Vol. XI, n. 245. ago, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24520.htm>. Acesso em: 04 ago. 2014.

GOIÁS. Lei nº 10.321, de 20 de novembro de 1987. **Cria o Parque Estadual dos Pireneus e dá outras providências**. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1987/lei_10321.htm. Acesso em: 04 abr. 2011.

Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.

_____. GOIÁS. **Avaliação Rápida da Priorização da Gestão – RAPPAM em Unidades de Conservação, Estaduais em Goiás**. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás. Goiânia: SEMARH, 2014. Disponível em: <http://secima.go.gov.br/pos/ver/19693/publicacoes-ucs>. Acesso em: 03 mar. 2015

HAESBAERT, Rogério **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 396 p.

LITTLE, Paul. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURZSTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 111-115.

LONG, N. **Sociología del desarrollo: Una perspectiva centrada en el actor**. México: CIESA - Colegio de San Luis Milkman. 2007. Disponível em: http://manual12.jrscyg.biz/pdf/sociologia-del-desarrollo-una-perspectiva-centrada-en-el-actor_h04j2.pdf. Acesso em: 06 set. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática: 1993. 266 p.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Políticas Territoriais Contemporâneas na Europa e no Brasil/Mercosul **Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 5, p 3-27, ago/dez, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/TCE/Downloads/24458-91907-2-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/TCE/Downloads/24458-91907-2-PB%20(2).pdf). Acesso em: 04 mar. 2014.

VARGAS, Glória Maria. **Conflitos sociais e socioambientais: proposta de um marco teórico e metodológico**. **Sociedade & Natureza**, 2007, v.19, n.2, p. 191-203. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9284>. Acesso em: 02 fev. 2014.

O PROJETO MUTIRÃO DE REFLORESTAMENTO COMO POLÍTICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Eixo Temático 2: (Geo)políticas do meio ambiente, gestão dos recursos e sustentabilidades.

Renata Fernandes Teixeira

Resumo: O Projeto Mutirão de Reflorestamento, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), fortalece a idéia de que as questões de reflorestamento urbano são muito mais de qualidade de vida metropolitana do que um mero acessório de embelezamento da cidade. O projeto tem como objetivo reflorestar e frear a expansão urbana nas áreas de risco, contendo os movimentos de massa em encostas, o assoreamento dos rios e os problemas de inundação nas áreas de baixadas. O atual cenário de ação da política pública de reflorestamento carioca pressupõe um olhar geográfico, e não apenas estético, sobre a mudança na paisagem da cidade, assim como afeta a população residente nos locais onde o projeto está em curso.

Palavras-chave: Política Pública; Projeto Mutirão de Reflorestamento; Transformação da paisagem urbana.

Resumen: El proyecto Mutirão de reforestación, vinculado a la Secretaría Municipal de Medio Ambiente (SMAC), refuerza la idea de que las cuestiones forestales urbanas son mucho más la calidad de la vida metropolitana que un mero accesorio de embellecimiento de la ciudad. El proyecto tiene como objetivo reforestar y frenar la expansión urbana en las zonas de riesgo, que contiene los movimientos de masas en las pendientes, la sedimentación de los ríos y los problemas de inundación en las

zonas de descarga. El escenario de la acción actual de la política pública de repoblación forestal carioca presupone una mirada geográfica, no sólo estética, sobre el cambio en el paisaje de la ciudad, así como afectar a la población residente en los lugares donde el proyecto está en marcha.

Palabras- clave: Políticas Públicas; Proyecto de Reforestación Mutirão; La Transformación del Paisaje Urbano.

INTRODUÇÃO.

No século XX ocorreram grandes mudanças na paisagem do município do Rio de Janeiro, levando-se em conta todas as transformações urbanas e uma falta de planejamento do poder público municipal, perante os trabalhadores que viviam em condições insuficientes. A partir da exclusão da população de baixa renda das áreas de baixadas no centro do Rio de Janeiro, sucederam-se os desmatamentos, quer dizer, a população não via escolhas, a não ser ocupar áreas de morros, acarretando no processo de favelização. Nesse sentido, a população desprovida de recursos, nunca estava inserida na melhora da qualidade de vida a partir das políticas de urbanização.

O Projeto Mutirão de Reflorestamento é criado na década de 1980 e surge com o intuito de melhorar a vida dos moradores das encostas que se instalavam em áreas de risco, pelo fato de ocorrerem diversos movimentos de massa, assoreamento dos rios e deslizamentos levados à jusante dos morros, trazendo problemas para os moradores de baixadas, além dos que já existiam com os moradores irregulares das encostas.

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO URBANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PELO PODER PÚBLICO.

A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro teve como um dos seus grandes marcos o governo do Prefeito Pereira Passos (1903-1906) que, incentivado pelo presidente Rodrigues Alves, trouxe projetos para transformação

da cidade tendo como influência a capital francesa, Paris. Passos acreditava que o centro do Rio de Janeiro precisava passar por um processo de embelezamento e higienização; para isso, investiu no alargamento de vias para melhor circulação do ar e evitar que as doenças se disseminassem tão facilmente. Além disso, a reforma do Porto era vital por ser o principal meio de transição de exportação e importação no município. (BENCHIMOL, 2010)

Ainda assim, o planejamento naquela época era incapaz de lidar com as dificuldades, não se levando em conta os problemas de grande parte da população que se encontrava na pobreza, priorizando planos que atendiam apenas aos interesses da elite. Angela Moulin S. Penalva Santos (2003), em seu livro abordou sobre a Metrópole no Estado da Guanabara e mostrou como ocorreu o planejamento no município do Rio, explicitando que:

O planejamento urbano, contudo, teve esse seu aspecto escamoteado em sua origem, uma vez que surgiu respaldado cientificamente pelo desenvolvimento da medicina social do século XIX. Esta requeria o saneamento de áreas degradadas da cidade para a preservação da saúde pública, situando as causas das doenças não no próprio corpo do doente, mas no seu ambiente. (PENALVA SANTOS, 2003, p. 152)

A população tinha péssimas condições de vida, moradias insalubres de saneamento básico inexistente, onde as pessoas tinham contato direto com os dejetos, configurando uma grande desordem urbana. A febre amarela foi uma das maiores epidemias daquela época, e o cenário dramático deixou evidente a necessidade de transformações e melhorias. Uma das ações do governo foi à remoção dos Cortiços: habitações coletivas onde a população de baixa renda morava; para abertura de avenidas e a substituição destes por prédios de arquitetura mais sofisticada. Os residentes de cortiço removidos migraram para bairros próximos da região central, remodelando todo o espaço.

A grande mudança provocada pela reforma urbana, entretanto, veio na forma do plano “Bota Abaixo”, que o Prefeito Pereira Passos pôs em prática no

século XX e que destruiu todos os Cortiços e moradias da população de baixa renda para construção da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco). A alta especulação imobiliária no centro do Rio de Janeiro tornou a periferia um lugar atraente para população que não se via mais com condições de sustentar sua permanência na região central.

Apesar disso, o surgimento das favelas estará ligado à transição da economia, que passa de mercantil-exportadora para mercantil-industrial, já que no final do século XIX e início do século XX, o espaço urbano carioca começou a se moldar perante o cenário em que viviam, com uma economia cafeeira em crise e o fim da escravidão que sustentava este sistema cafeeiro, ademais a entrada do capital mercantil foi essencial para esta mudança. Favorecendo a migração e imigração que causou um grande problema habitacional e um dos fenômenos geradores das favelas, o capital internacional entra e passa a investir em infraestrutura e transporte, trazendo todo um aparato motor e fontes de energia, ou seja, uma mudança urbana. Além de uma preocupação com a questão higiênica que denotou entrar em debate pela causa da disseminação de doenças. (MAY et. al., 1995)

Mesmo assim, o cenário urbano na virada do século se modifica com os modelos burgueses de organização espacial dos países centrais já consolidados, chegando aos países periféricos. (ABREU & VAZ, 1991) Como Mauricio de A. Abreu e Lilian F. Vaz irá nos mostrar '*Sobre as origens da favela*'; (1991) "em que toda uma ordem social, econômica e ideológica passa a se firmar solidamente no país e na cidade" (ABREU & VAZ, 1991, p. 482)

A população carente no centro do RJ se via segregada de qualquer movimento dos atores políticos, e desprovida de benefícios. Naquela época, o reordenamento do espaço e a reforma urbana foram pensados justamente para a elite da época, deixando de lado qualquer planejamento a favor da população de baixa renda, que se revoltava.

Entretanto, todas as políticas de remoção sempre fizeram com que o trabalhador fosse empurrado para longe, sem condições de moradia de

qualidade, sem infraestrutura ou meios de transporte para se locomover. A prefeitura removia, excluía, mas não dava condições para que os operários se sustentassem longe de seu trabalho. Entende-se, portanto, por quais motivos os trabalhadores começaram a ocupar irregularmente os morros, já que a especulação imobiliária de exclusão e a falta de infraestrutura em bairros distantes faziam com que a população desprivilegiada não tivesse alternativa, a não ser ocupar áreas próximas ao trabalho, ou seja, posteriormente chamadas de favelas.

Logo, o centro da cidade passou por muitas transformações e sua paisagem se modificou intensamente a partir de uma crise habitacional. Desde então, o ordenamento do espaço acarretou muitos problemas para a população de baixa renda, como a perda de sua moradia, acentuada pela precarização de investimentos do governo para solução de seus problemas. O crescimento das favelas ocasionou no aumento do desmatamento, que por sua vez contribuiu para o assoreamento dos rios e nos movimentos de massa, por isso, em consequência dessa ocupação irregular, o planejamento da cidade se provou cada vez mais incapaz de lidar com a urbanização de forma efetiva.

As modificações acabam sendo percebidas no visível, entretanto, a paisagem não é apenas o visível, ela vai muito, além disso, dependendo de quem vê e da sua subjetividade. Por isso, o geógrafo ele deve ler a paisagem não apenas no visível, mas analisando toda a dinâmica existente, melhor dizer, a paisagem não se explica por si só, caberá ao observador interpretar os processos espaciais. (SANTOS, 2008)

Desta forma, após todas as transformações na paisagem do município do Rio de Janeiro, modificações e modelos segregacionista, pode ser percebido mudanças e políticas surgindo para amenizar problemas da população de baixa renda moradores de áreas de risco pelo planejamento precário e a destruição ambiental.

O PROJETO MUTIRÃO DE REFLORESTAMENTO, SEUS OBJETIVOS E EFEITOS.

Com a expansão urbana no século XX e todo processo de ocupação descrito, acarretou em uma outra forma de desmatar, pois o desmatamento já vinha ocorrendo pelos fazendeiros, mas se agravou com o processo de urbanização. Como May, Andrade e Pastuk (1995) irão dizer; “(...) parte dessa população instala-se em terrenos inadequados à ocupação por serem íngremes e/ou estarem situados sobre rochas formadas por ação vulcânica, composta por granitos que aparecem na forma de “matações” (MAY et. al., 1995, p. 151)

Dessa forma, muitos problemas começam a aparecer com a retirada da Mata Atlântica nas encostas, pois quando se tem a floresta, a água vai fazer todo um percurso até chegar ao solo, infiltrar e escoar para um nível de base. Ao chover, as gotículas de chuva vão passar por diversos fluxos, primeiro, o fluxo de atravessamento das folhas da árvore, ou seja, a copa da árvore serve de ‘amortecedor’ das gotas de chuva, depois as gotas de chuva passarão pelo fluxo de tronco, fluxo de serrapilheira, até chegar ao solo escoando pelos macroporos, microporos e raízes, buscando sempre o nível de base local da bacia de drenagem, seja ele o mar, um lago ou um rio. Quando a água já está no solo saturado advém o fluxo sub-superficial, por assim dizer, levando a água para o nível de base, quando este fluxo se mantém saturado e o solo já está todo encharcado é neste momento que o fluxo superficial acontece, a água começa a ser levada por cima do solo, e não mais dentro dele. Ana L. Coelho Netto (2011) afirma;

(...) As rotas preferenciais dos fluxos superficiais ou sub-superficiais definem os mecanismos erosivo-deposicionais preponderantes e resultam da interação dos diversos fatores bióticos (flora e fauna), abióticos (clima, rocha, solo e posição topográfica) e antrópicos (uso do solo), que compõem o respectivo ambiente de drenagem. (NETTO, 2011, p. 95)

Sem embargo, a vegetação é de extrema importância na dinâmica de escoamento da água da chuva, além de não deixar o solo exposto levando uma quantidade muito maior de resíduos sólidos para a drenagem dos rios, e também

mantendo o solo preso em suas raízes não deixando que deslizamentos ocorram. A floresta também é de interesse para a flora e fauna, efeitos abióticos e dinâmicas sobre o uso do solo pelo homem.

Quando ocorrem chuvas torrenciais, uma grande quantidade de sedimentos escoam do sopé da encosta para áreas de baixadas, sucedendo ao assoreamento dos rios, resíduos sólidos para áreas de baixadas causando inundações, movimento de massas, danos à fauna e flora, dentre outros fatores. Guerra (2003) discute em seu livro os processos de movimentos de massa nas encostas, onde ele diz que:

Dentre as várias formas e processos de movimentos de massa, destacam-se os deslizamentos nas encostas em função da sua interferência grande e persistente com as atividades do homem, da extrema variância de sua escala, da complexidade de causas e mecanismos, além da variabilidade de materiais envolvidos. (GUERRA, 2003, p. 123)

A partir de tantos problemas ambientais de desmatamento, que surge pela SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) o Programa de Preservação e Reflorestamento em Regiões de Baixa Renda, futuramente conhecido como Projeto Mutirão de Reflorestamento, que tinha como objetivo principal reflorestar áreas de risco a montante das comunidades carentes, isto é, o Projeto buscava a cooperação da população moradora dessas áreas de risco, trazendo trabalho remunerado, como se fosse um regime de mutirão remunerado, que irá refletir na conservação e manutenção das árvores reflorestadas.

No começo, o objetivo estava relacionado com a infraestrutura do local, como o saneamento básico, a construção de escadarias para a população, e a construção de uma rede de drenagem. Este trabalho era realizado por um mutirão não remunerado, e o trabalho voluntário não rendia muito, pois era realizado nos finais de semana, apenas. Em 1985, o governo começou a se preocupar com a criação de trabalho que empregasse a mão-de-obra das comunidades, e a partir daí criou então o mutirão remunerado para os moradores das favelas.

No artigo de Silva Salgado (1998), segundo o depoimento do engenheiro florestal Celso Junius F. Santos, coordenador do projeto,

(...) implanta-se em novembro de 1986 o Mutirão de Reflorestamento, que nasce “não apenas como forma de intervir na melhoria das áreas de favelas, mas também como um instrumento para o desenvolvimento da responsabilidade coletiva na perspectiva do respeito ao meio ambiente e sua interação com a cidade”. (SALGADO, 1998, p. 4).

Os moradores acabam se conscientizando de que o desmatamento e o relevo acidentado serão primordiais para os desastres causados, e será o reflorestamento um dos fatores principais para a melhoria dos deslizamentos e problemas enfrentados nos morros.

Segundo o presidente da associação de moradores, a comunidade reconhece os resultados positivos do reflorestamento a partir da contenção de deslizamentos de encostas, mudança de temperatura e diminuição das invasões. O plantio forma um bloqueio ao crescimento da favela, tornado a expansão vertical e não mais horizontal. (UMBELINO et. al., 2003, p. 3)

Para a implementação do Projeto, foi realizado um diagnóstico das áreas de risco relacionadas aos problemas ambientais como os deslizamentos, localizado próximo às favelas no município do Rio de Janeiro. Sendo feito um levantamento de imagens de aerofotografias e a utilização de sensoriamento remoto para as intervenções posteriores, delimitando-se os polígonos de reflorestamento a serem trabalhados pela comunidade e pela equipe técnica, com métodos de baixo custo para o poder público e para a comunidade. Como afirma May et al (1995), “Com o projeto aprovado, a Prefeitura solicitou às Associações de Moradores locais a indicação de pessoas que pudessem implantar e manter a infraestrutura e os plantios planejados, que passaram a receber remuneração para tanto.” (MAY et al., 1995, p. 155)

O Mutirão tem na formação de seu grupo os engenheiros florestais que fazem o trabalho técnico além dos técnicos que trabalham na Secretaria neste setor, é escolhido pela associação de moradores os serventes para as Obras¹ de reflorestamento, estes serventes são da própria comunidade que fazem a limpeza da área e toda a manutenção após o plantio.

As espécies de plantas que serão utilizadas são selecionadas pela equipe técnica, entre leguminosas de rápido crescimento, nativas de Mata Atlântica, exóticas diversas e frutíferas, sendo as espécies pioneiras e secundárias iniciais as melhores para reflorestar áreas degradadas. Estas mudas são produzidas pelos Viveiros próprios para este fim do Projeto.

A primeira implementação foi feita no morro de São José do Operário, localizado em Jacarepaguá na vertente Norte do Maciço da Tijuca - RJ, considerada uma área bastante crítica em relação aos movimentos de massa e seus deslizamentos causando inundações na área de alúvio da encosta, ou áreas de baixada do relevo acidentado, segundo May et. al. (1995).

(...) A escolha desse morro em particular se deu por estar situado em uma área crítica, degradada, desmatada, com afloramento rochoso e declividade acentuada, onde já haviam sido registrados acidentes devido à instabilidade de encostas com perdas de benfeitorias e ocorrência de vítimas fatais. (MAY et. al., 1995, p. 155)

Dessa maneira, o projeto piloto teve seu êxito com a diminuição do processo erosivo nas encostas. Afirmando o sucesso pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em 1993 e 1990,

(...) Após um ano de implantação do projeto, observou-se a redução do processo erosivo e, conseqüentemente, a diminuição do volume de sedimentos que se depositam nas ruas adjacentes, em conseqüência das chuvas. (SMDS, 1993, p. 3).

¹ Neste caso, os polígonos de reflorestamento são denominados como OBRAS pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC).

(...) Em 1988, com 01 (um) ano após o início da implementação, já foi observado redução do processo erosivo, traduzida na diminuição do volume de sedimentos carregados por fortes chuvas e depositados nas ruas adjacentes. A partir daí, observa-se que a capacidade de retenção de sedimentos vem aumentando progressivamente. (SMDS, 1990, p. 16).

Em 1994, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) é criada, e o Projeto Mutirão de Reflorestamento passa a ser ordenado por ela, com isso, para que a população tenha acesso a esta política pública, a associação de moradores destas comunidades precisam solicitar a implementação do Projeto.

Assim, percebe-se que a paisagem que é um acúmulo de tempos históricos marcados no espaço (SANTOS 2007), que foi se transformando com a efetivação da política pública e os processos das relações que se davam no espaço, e a população das favelas são vistas de outro modo pelo governo municipal. Trabalho remunerado foi proporcionado para a população, uma educação ambiental que o Projeto gera nos atores envolvidos, além da melhoria da qualidade de vida dos moradores locais e das áreas de baixada que abarcam o sopé da encosta, melhorando também o ecossistema e freando a expansão urbana horizontalmente.

Por isso o conceito de território usado pelos geógrafos será de extrema importância para se entender os processos de transformação social do espaço, sendo este território delimitado e marcado pelas relações de poder estabelecidas. (RAFFEISTAN, 1993 apud SOLÓRZANO et. al., 2009) Contudo,

(...) Milton Santos (2001) considera que o território não é apenas um substrato material, mas, igualmente, uma identidade, um sentimento de pertencer a um dado espaço. Nesse sentido, o território é a base das trocas materiais, do trabalho, da residência, dentre outros aspectos. (MILTON SANTOS, 2001 apud SOLÓRZANO et. al., 2009, p. 53).

Será esta relação de uso e troca que o Mutirão estabelecerá com os agentes envolvidos nele “a importância da relação do ser humano com o espaço, gerando uma intrínseca relação de uso e troca com o meio físico.” (SOLÓRZANO et. al., 2009, p. 53) Podendo ser entendido a partir da história ambiental quando a natureza é apropriada e utilizada pela população durante toda a fase de ocupação do município do Rio de Janeiro, relação esta de uso e transformação da paisagem advinda desde o processo de colonização.

“(…) Portanto, um ecossistema pode ser visto como um território, na medida em que ele foi utilizado e apropriado no passado por diversas culturas e populações.” (SOLÓRZANO et. al., 2009, p.53). Foi verificado que, sem a participação, aceitação e interação da comunidade com o Projeto, as chances de o reflorestamento dar certo seria baixíssima, basicamente um alto risco de desvalorização e destruição da política pública de reflorestamento.

REFLEXÕES FINAIS.

Em suma, diante do exposto, o início do século XX foi marcado pelas transformações no município do Rio de Janeiro, que se tornaram mais intensas a partir o governo de Pereira Passos (1903), quando ele começa as reformas higienistas com a abertura de avenidas e a expulsão dos residentes que moravam em condições insalubres. Não existia um planejamento voltado para os interesses da população de baixa renda, mas interesses que favoreciam apenas a elite da época.

É nesse contexto que as favelas surgem e, com a falta de habitações nas áreas de baixada, a população começa a ocupar os morros no centro do Rio de Janeiro. A migração ligada à transição econômica passa de mercantil-exportadora para mercantil-industrial: a partir da decadência da economia cafeeira, ocorre o maior investimento industrial e, por conseguinte, a necessidade de mão de obra, causando um elevado crescimento populacional que resulta na crise habitacional. Vinculado à construção das favelas, há um forte agravamento do desmatamento nas

áreas de encosta e, conseqüentemente, os movimentos de massa começam a ocorrer, além de outros problemas decorrentes da perda de cobertura arbórea.

O cenário em que surge a política pública voltada para a conservação da cobertura florestal estará apoiado à construção de políticas públicas sociais. Apenas nesse momento começa a se pensar nos problemas provenientes das questões sociais. A população de baixa renda se via excluída dos centros, sendo empurradas para áreas periféricas ou se instalando nas áreas de morros nos centros urbanos. Assim, perante o cenário da época, surge o Projeto Mutirão de Reflorestamento, que tinha como objetivo reflorestar áreas de encostas que se encontravam em risco, além de frear a expansão urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABREU, Mauricio de A.; VAZ, Lilian F. Sobre as origens das favelas. In: Encontros Nacionais da ANPUR, 4, 1991, Salvador, Novas e velhas legitimidades na reestruturação do território, (Anais), ed. ANPUR, maio de 1991, p. 481-492.

AMADOR, Elmo. Baía de Guanabara: Um balanço histórico. In: ABREU, Maurício de Almeida. (org.) Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: S.M.C.T.E. 1992. p. 201-258.

PENALVA SANTOS, Ângela Martins. A experiência da metrópole carioca como o estado da Guanabara (1960 – 75). In: _____. Economia, Espaço e Sociedade no Rio de Janeiro. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, 231 p. p. 139-174.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Rio de Janeiro: da Urbe Colonial à Cidade Dividida. In: PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Rio de Janeiro: Cinco séculos de transformações urbanas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010, 163-203.

CASTRO, Therezinha de. Evolução Política e Crescimento da Cidade do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, vol. 27, n. 4, p.33-50 , out/dez. 1965.

GUERRA. A.J.T; CUNHA. S.B.C. Geomorfologia e meio ambiente. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 372p.

GUERRA, Antonio Teixeira. Paisagens Físicas da Guanabara. Revista Brasileira de Geografia, vol. 27, n. 4, p.03-32 , out/dez. 1965.

IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Programa se preservação e reflorestamento em regiões de baixa renda, Projeto Mutirão Reflorestamento. Junho de 1993, p.8.

MAY, Peter H.; ANDRADE, Aluísio Granato de; PASTUK, Marília. Custos e benefícios da recuperação ambiental em morros favelados: o Projeto mutirão-Reflorestamento em São José Operário. In: MAY, P. Economia ecológica: aplicações no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus (1995): 149-179.

NETTO, Ana L. Coelho. Hidrologia de encosta na interface com a Geomorfologia. In: GUERRA, Antonio José Teixeira & CUNHA, Sandra Baptista da. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 10ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. P. 93-148.

REZENDE, Vera F. Evolução da produção urbanística da cidade do Rio de Janeiro (1900-1950-1965). In: V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo “cidades temporalidades em confronto”: Uma perspectiva comparada da história da cidade, do projeto urbanístico e da forma urbana, 5, 1998, Campinas, p. 1 -24.

SALGADO Silvia. Mutirão de Reflorestamento. 1 ed. São Paulo: FGV. 1998, p. 176.

SMDS Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Projeto Mutirão – Reflorestamento. Agosto de 1990. P.22.

SOLÓRZANO, Alexandro; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; GUEDES-BRUNI, Rejan Rodrigues. Geografia, História e Ecologia: Criando Pontes para a Interpretação da Paisagem. Ambiente & Sociedade, Campinas, vol. XII, n.1, p. 49-66, jan-jul. 2009.

UMBELINO, Luiz Felipe. Avaliação ambiental do projeto mutirão reflorestamento, nas comunidades dos morros São Cosme e São Damião, maciço da Pedra Branca, Rio de Janeiro, RJ. In: X Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 10, 2003, Rio de Janeiro.

O USO DE CLUSTER NO MONITORAMENTO DA DENGUE: UM ESTUDO DE CASOS NO BAIRRO DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO, NATAL/RN - BRASIL - 2016

Eixo 2: Geo(políticas) do meio ambiente, gestão de recursos e sustentabilidade

Reginaldo Lopes Santana

Centro de Controle de Zoonoses

reginaldo.lopes.santana@gmail.com

Resumo: OBJETIVO: Identificar áreas de risco de transmissão de dengue por meio da análise de cluster, no bairro de Nossa Senhora da Apresentação no Município de Natal/RN. METODOLOGIA: O estudo foi realizado por meio de agrupamento de pontos, tendo como unidades primárias as semanas epidemiológicas de 01 a 26, correspondendo ao período de 03/01/2016 a 02/07/2016. RESULTADOS: Os resultados mostraram 49 áreas de concentração de cluster. Destas, 21 encontram-se com altíssima e alta concentração de casos (n=235). As demais apresentam-se com média e baixa concentração, perfazendo um total de 28. Com um total de 126 casos confirmados. CONCLUSÃO: A técnica de cluster possibilita o reconhecimento de áreas importantes e a intervenção de controle da dengue, em tempo oportuno, bem como as melhorias sanitárias.

Palavras-chave. Cluster, dengue, monitoramento, transmissão, controle.

Resumen: META: Identificar las áreas de riesgo de transmisión del dengue através de análisis de conglomerados, en el barrio de Nuestra Señora de la Presentación no Município del Natal/RN. MÉTODOS: El estudio se realizó mediante la agrupación de puntos, teniendo como unidades primarias epidemiológicas semanas 01-26, correspondiente al período comprendido entre el 01/03/2016 hasta 02/07/2016.

Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.

RESULTADOS: Los resultados mostraron 49 áreas de concentración de clúster. De estos, 21 son elevados y con una alta concentración de los casos ($n = 235$). Los otros se presentan con media y baja concentración, para un total de 28. Con un total de 126 casos confirmados. **CONCLUSIÓN:** La técnica de agrupación permite el reconocimiento de las áreas importantes y la intervención del control del dengue, oportuna y mejoras sanitarias.

Palabras-claves. Clúster, dengue, monitoreo, transmisión, control.

INTRODUÇÃO

A dengue é uma doença febril aguda, transmitida entre humanos por mosquitos do gênero *Aedes*, subgênero *Stegomyia*, espécies *Aedes aegypti*, *Aedes albopictus* e *Aedes polynesiensis* (TEIXEIRA et al., 1999), e outros 23 membros do grupo *Aedes scutellaris*, dependendo da área geográfica (GUBLER, 1998). Os vírus da dengue são representados por quatro sorotipos a saber, DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4. Estes vírus fazem parte dos membros do gênero *Flavivirus*, família *Flaviviridae* que se apresentam sorologicamente relacionados, mas genética e antigenicamente distintos (WHITEHEAD et al., 2007; DRUMOND et al., 2013).

É uma doença que atinge uma larga faixa, abaixo e acima do equador (35°N e 35°S), é endêmica na África, nas Américas, no Leste do Mediterrâneo, no Sudeste Asiático e no Oeste do Pacífico (FORATTINI, 2002). Sua endemicidade acontece na maioria das populações dos trópicos, tornou-se a arbovirose mais prevalente nos seres humanos. Esta arbovirose tem sua importância por ter seu crescimento relacionado às rápidas mudanças climáticas, desmatamentos, migração populacional, urbanização não planejada, aumento de viagens aéreas, pela precariedade das condições sanitárias que favorecem a transmissão viral e a deteriorização da infraestrutura da Saúde Pública (TAUIL, 2002; TEIXEIRA & CRUZ, 2011). Segundo Gluber (2011), estima-se que seja de 50 a mais de 200 milhões o

número de casos por ano e desses, 2 milhões apresentam-se na forma de febre hemorrágica. Com um registro de 20.000 mortes anuais causadas pela dengue.

No Brasil, a dengue está presente nas 27 unidades da Federação, o que representa 78% de todos os casos nas Américas e 61% de todos os casos referidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS,2011), fazendo do Brasil um dos países com maiores riscos para a ocorrência da doença e com o mais alto impacto econômico da dengue (SHEPARD et al., 2011). Os primeiros casos da doença surgiram no Estado de São Paulo, no século XIX, entre os anos 1851 e 1853 e a primeira epidemia de dengue no país, documentada laboratorialmente, ocorreu na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, causada pelos sorotipos DENV-1 e DENV-4 (OMS,1981-1982). Temos notificados diferentes sorotipos e desde de 1981, onde foram isolados os sorotipos DENV-1 e DENV4. Somente nos anos 90, tem-se notícia da circulação do DENV-2, e em 2000 a entrada do sorotipo DENV-3. Mais recentemente, em 2010, o DEN-4 foi registrado na Região Norte e a partir de 2011, nas Regiões Nordeste e Sudeste (CVE, 2011).

No Nordeste, o Estado do Rio Grande do Norte, tem a dengue como um dos grandes problemas de saúde pública desde outubro de 1994, quando os primeiros casos autóctones foram notificados no município de Assú/RN. Segundo Branco (2014), o Estado tem apresentado um perfil endêmico para a doença, com picos epidêmicos cada vez mais freqüentes e intensos, decorrentes de vários aspectos, quer seja, pela emergência ou reemergência de sorotipos, circulação de sorotipos, aumento ou diminuição de susceptíveis, fatores sanitários e ambientais (Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte 2010).

Conforme dados da Secretaria Estadual de Saúde Pública (SESAP, 2010), e de acordo com critérios epidemiológicos e demográficos, 20 municípios do Estado possuem prioridade de monitoramento estratégico, pois registram o equivalente a 78% de todos os casos. São eles: Natal (Capital do Estado), Parnamirim, Macau, Apodi, São Miguel, Currais Novos, João Câmara, Assú, Mossoró, São José de Mipibú, Ceará Mirim, Acari, Caicó, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi, Macaíba, Santa Cruz, Jardim do Seridó e Pau dos Ferros. Neste mesmo

ano, foram registrados índices de infestação por *Aedes aegypti* em 99,4% dos municípios do Estado e a circulação dos quatro sorotipos: DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4. Também, neste ano, o Estado notificou 7.846 casos de Dengue, com 07 óbitos, com um aumento aproximado de 110% no número de casos notificados quando comparados ao ano anterior. Segundo o Ministério da Saúde (2012), em 2011, foram notificados 23.171 casos e 17 óbitos, mais que o dobro em relação ao ano anterior. Em 2012, 26.534 casos e 11 óbitos foram registrados para Dengue (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

De acordo com o Boletim Epidemiológico divulgado pelo Programa Estadual de Controle da Dengue (PECD) da Secretaria Estadual de Saúde Pública (SESAP) aponta que no Rio Grande do Norte, foram notificados 56.849 casos suspeitos de dengue em 2016, até a semana epidemiológica número 28 (término em 16/07/2016).

Em Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, a dengue continua sendo um desafio para a saúde pública, principalmente pela falta de estudos que possam caracterizar estas epidemias, quer seja pela ausência de métodos de diagnóstico específicos para dengue, como o isolamento viral e métodos moleculares de detecção e tipagem. É de suma importância a compreensão da dinâmica da doença, seja por meio da análise da situação epidemiológica e das condições sanitárias, para que possibilite a tomada de decisões baseadas em evidências e na programação de ações de saúde, tomando-se uma estratégia importante na avaliação da vigilância epidemiológica e da assistência ao paciente. Ao mesmo tempo, oportuniza a orientação, o planejamento e a operacionalização das ações de controle, além do desenvolvimento de planos de contingência, sendo possível adotar abordagens distintas e ações diferenciadas nas localidades com maiores riscos de ocorrência da doença.

Na cidade do Natal, desde de 2010, foram confirmados 102 casos de dengue com 03 mortes. Em 2011, foram notificados 10.238, com 274 casos confirmados; 07 óbitos confirmados; 279 casos de Dengue clássica; 91 casos ainda pendentes, sendo 11 óbitos; 41 casos descartados para dengue. No ano de 2012, foram notificados 624 casos suspeitos de dengue grave. Desses, temos 155 casos

confirmados; 02 óbitos confirmados; 390 casos de Dengue clássica; 51 casos ainda pendentes, sendo 09 óbitos; 23 casos descartados para dengue, sendo 02 óbitos; 04 não foi possível a classificação; 01 inconclusivo, totalizando 12.529 casos notificados. Nos anos seguintes foram notificados: 4.476 casos em 2013, em 2014 um total de 3.762, 2015 com 7.779 casos e em 2016 até a semana epidemiológica 26 (que se inicia em 26 de junho e encerra-se em 02 de julho de 2016) com 10.717 casos notificados.

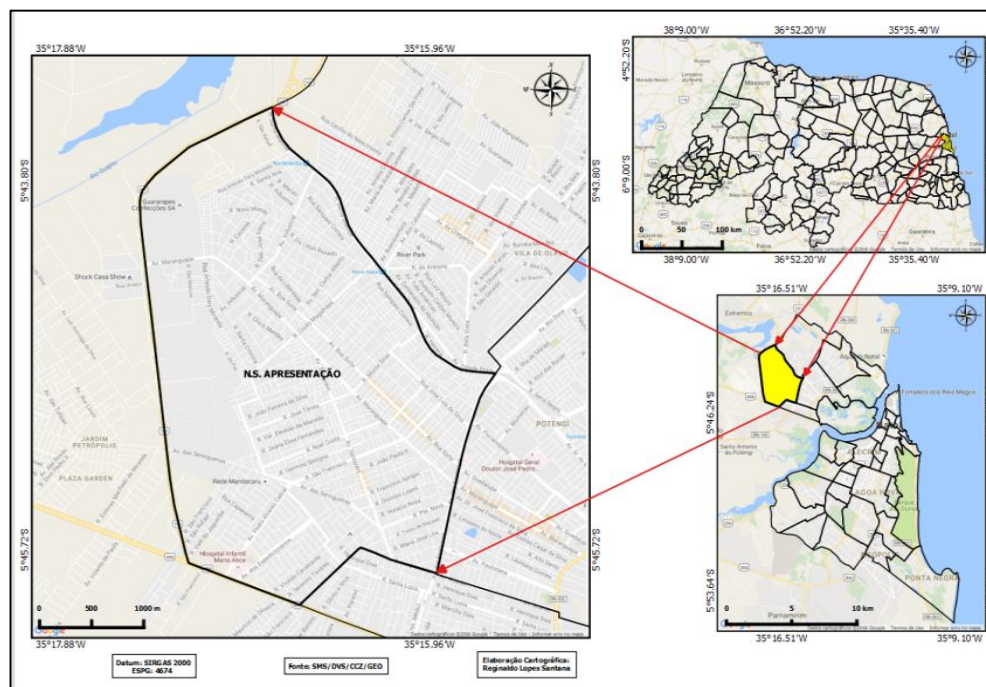
Diante desse contexto, a pesquisa tem por objetivo identificar áreas de risco de transmissão de dengue por meio da análise de cluster, no bairro de Nossa Senhora da Apresentação no Município de Natal/RN.

METODOLOGIA

Área de estudo

O estudo foi desenvolvido no bairro de Nossa Senhora da Apresentação, localizado na região administrativa norte, no município de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, de latitude 35° 16' 38" O, e longitude 5°44' 53" S, estando a 58m de altitude(SEMURB,2013), com uma área estimada de 1.024,8ha. Segundo o IBGE (2015), o bairro tem uma população estimada em 98.745 habitantes e densidade demográfica de 96,36 (hab./ha), com temperatura média de 28°C, (figura 1).

Figura 1 – Localização espacial do bairro de Nossa Senhora da Apresentação/Natal/RN.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Delineamento do estudo

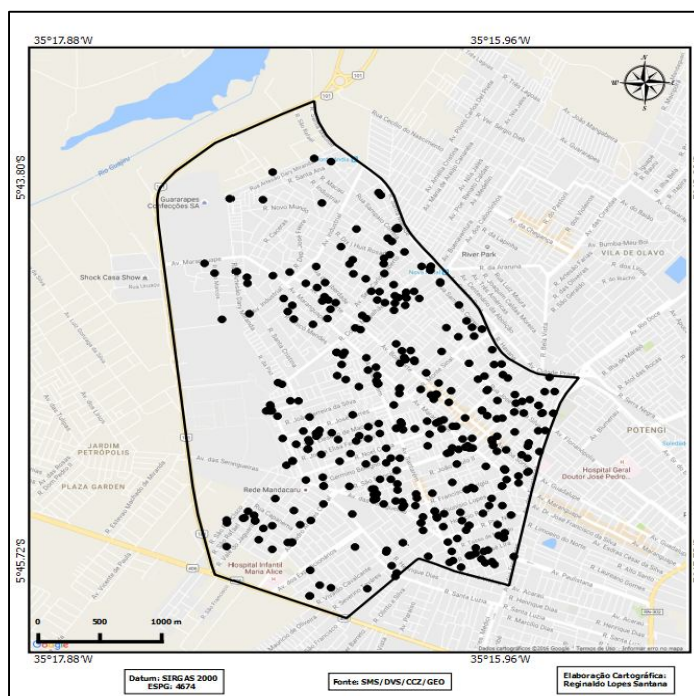
Tomamos como base para esse estudo os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde (MS), mediante o relatório de incidência, ano de 2016. Este sistema é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da Lista Nacional de Doenças de Notificação Compulsória, Portaria nº. 204/GM/MS, de 17 de fevereiro de 2016.

O estudo foi desenvolvido a partir dos casos de dengue em residentes no Bairro de Nossa Senhora da Apresentação, referente as semanas epidemiológicas de 01 a 26, correspondendo ao período de 03 de janeiro a 02 de julho de 2016. Segundo as notificações extraídas através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Neste período foram notificados 355 casos de dengue e todos esses casos foram georreferenciados no Google Earth e Maps e conseqüentemente

identificadas às coordenadas (x, y) em graus decimais e posteriormente adicionados ao software Quantum Geographic Information System 2.12.3-Lyon – (QGIS). Um sistema de informação geográfica (SIG) gratuito e licenciado sob a *General Public License* (GNU, Version 2, June 1991), de acordo com a figura 2.

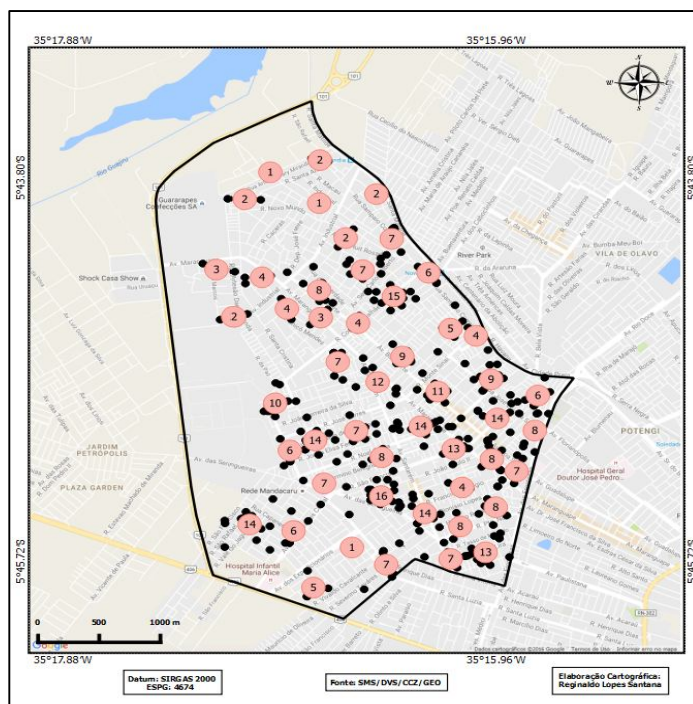
Com base nos dados elencados neste trabalho, utilizaremos como metodologia a identificação de conglomerados espaciais de doenças, ou seja, a ferramenta conhecida como cluster que são de interesse para os estudos epidemiológicos e tem recebido atenção científica ao longo dos últimos anos. Esses estudos são úteis para detectar e monitorar riscos de certos fenômenos em saúde pública. Define-se por conglomerado espacial uma área de risco com incidência alta demais ou baixa demais de um determinado fenômeno. Neste artigo utilizaremos o termo em inglês “*cluster*” como significado de conglomerado (figura 3).

Figura 2 – Dispersão dos casos de dengue no bairro de Nossa Senhora da Apresentação/Natal/RN.



Fonte: Elaborado pelo autor.

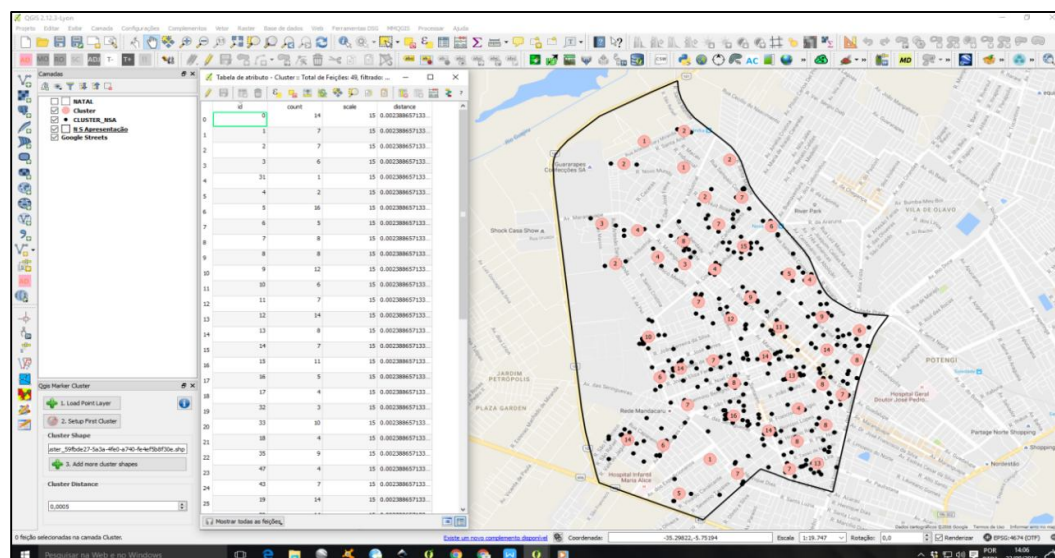
Figura 3 – Resultado do cálculo em camada cluster.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao consultarmos a “tabela de atributos” verificamos que na primeira coluna (*count*) possui a quantidade de pontos georreferenciados que foram agrupados, a segunda coluna com a escala de agrupamentos (*scale*) e uma terceira com a distância média dos pontos agrupados (*distance*), figura 4.

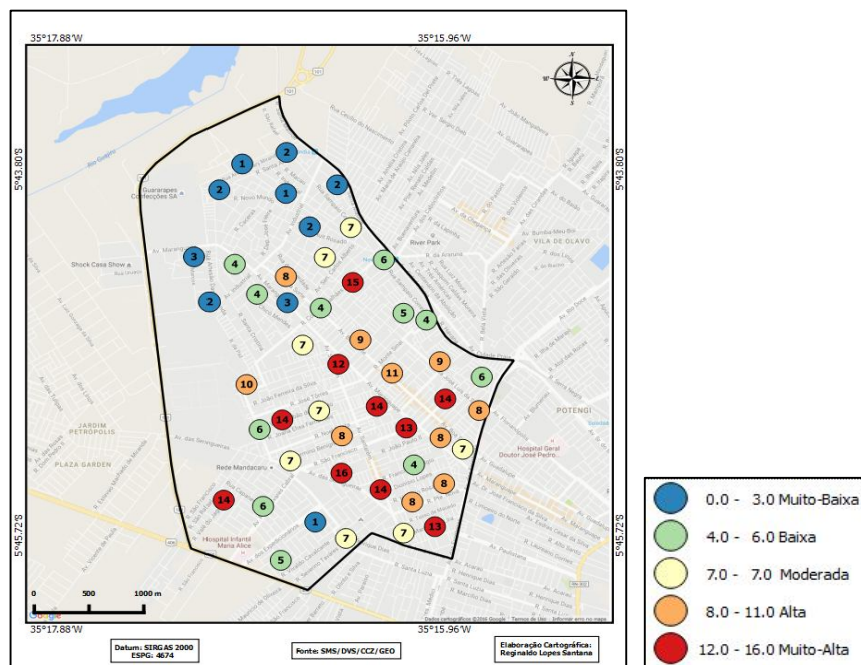
Figura 4 – Tabela de atributos de clusters.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para classificar os agrupamentos, foi escolhida a coluna “count” que corresponde a contagem de pontos no cluster, para isso, utilizamos 5 classes (Muito-alta, Alta, Moderada, Baixa e Muito-baixa concentração), selecionamos o modo “Quantil (contagem igual)” e classificamos (figura 5).

Figura 5 – Classificação dos clusters.



Fonte: Elaborado pelo autor.

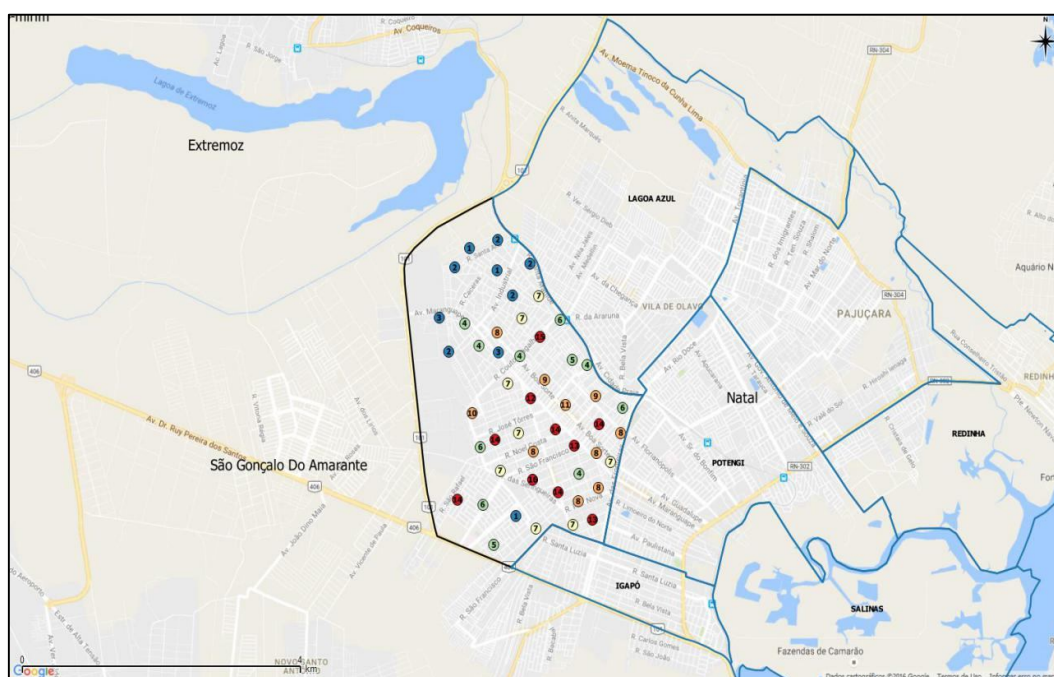
Resultado e Discussão

Os resultados mostraram 49 áreas de concentração de clusters. Destes aglomerados, 20 áreas (coloração vermelho e laranja) encontram-se respectivamente com muito-alta e alta concentração totalizando 226 casos confirmados. As demais (coloração verde, amarelo e azul), apresentam-se com moderada, baixa e muito-baixa concentração, respectivamente, perfazendo um total de 29 concentrações, nas quais 129 casos foram confirmados. Isto posto, observamos que a maior aglomeração com potencialidade de transmissão da dengue encontra-se localizada no centro (NSA) seguindo em direção ao limite com o bairro Potengi. Nas divisas dos bairros Lagoa Azul a Leste (de NSA), bem como de Igapó ao Sul (de NSA) respectivamente, a concentração é moderada, baixa e muito-baixa. No sentido Noroeste, em direção a BR-101 que limita os municípios de Natal e Extremoz, os resultados destes aglomerados é de muito-baixa concentração. A Oeste do bairro Nossa Senhora da Apresentação, nos limites da BR-101, entre os municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante, não foi observada nenhuma concentração, por se tratar de uma área industrial as margens da BR-101 (figura 6).

Diante da necessidade de investigar tendências espaciais e temporais da ocorrência de dengue, a análise de cluster, se apresenta como uma importante ferramenta alternativa, para que os gestores indiquem com maior precisão e oportunidade, as medidas para serem adotadas no controle e prevenção da expansão das doença.

Contudo, para poder analisar a distribuição espacial de casos em uma determinada área, é necessário conhecer os fatores determinantes que influenciam a transmissão, para que as decisões das estratégias de prevenção e controle, no que diz respeito a transmissão da doença, sejam executadas com o objetivo de um resultado significativo em relação as taxa de infecção, no intuito de diminuir a contaminação da população dessa localidade no mesmo período do ano seguinte.

Figura 6 - Limites do bairro de Nossa Senhora da Apresentação/Natal/RN.



Fonte: Elaborada pelo autor.

CONCLUSÃO

**Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território
Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.**

A técnica de análise de cluster possibilita o reconhecimento e a identificação de áreas importantes a serem priorizadas para uma possível intervenção de controle da dengue, em tempo oportuno, bem como as melhorias sanitárias e de educação em saúde para a população residente na localidade, com um objetivo de minimizar a proliferação de pessoas acometidas por essa doença que é tema de discussão global.

A importância de análise espacial mediante técnicas em geotecnologias a partir do georreferenciamento numa certa região administrativa pode nortear o poder público bem como a sociedade civil organizada, procederem de forma conjunta nas tomadas de decisões direcionando ações para descobrir as condicionantes dessa disseminação em outras áreas, onde possam haver maior concentração de casos confirmados, além de poderem trabalhar em parcerias através de políticas públicas e público privado com os municípios circunvizinhos, monitorando e controlando a transmissão da dengue entre seus municípios.

AGRADECIMENTOS

Ismênia Verônica Barbosa pela dedicação, confiança e perseverança no meu caminho para a realização desse trabalho.

Lúcio Pereira da Silva pelo apoio moral e na redação desse texto.

Núcleo Vigilância Epidemiológica do Centro de Controle de Zoonoses pela recursos digitais disponibilizados.

O Centro de Controle de Zoonoses pela liberação de dados coletados fidedignos.

REFERÊNCIAS

**Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território
Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.**

SHEPARD, 2011 Feb; 84(2): 200-7. doi: 10.4269/ajtmh.2011.10-0503. Brandeis University, Waltham, MA 02454-9110, USA. shepard@brandeis.edu

BRANCO, Mário Sérgio Duarte, - Dengue no estado do Rio Grande do Norte, 2010-2012: - Vigilância virológica e aspectos epidemiológicos / Mário Sérgio Duarte Branco. – Rio de Janeiro, 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Medicina Tropical, 2014. 31-34.

TAUIL P.L. - Controle de agravos à saúde: consistência entre objetivos e medidas preventivas. IESUS 1998, 7:55–58.

TAUIL P.L. - Aspectos críticos do controle do dengue no Brasil. Caderno de Saúde Pública 2002, 18:867–871.

WHITEHEAD S, Blaney J, Durbin A, Murphy B. - Prospects for a dengue virus vaccine. Nat Rev Microbiol 2007; 5:518-528.

DRUMOND BP, Mondini A, Schmidt DJ, Bronzoni RVM, Bosch I, Nogueira ML. - Circulation of different lineages of dengue virus 2, genotype American/Asian in Brazil: dynamics and molecular and phylogenetic characterization. [PLoS One](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0059422). 2013; 8(3): e59422. Published online 2013 Mar 22. doi: [10.1371/journal.pone.0059422](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0059422).

TEIXEIRA MG, Barreto ML, Guerra Z. - Epidemiologia e Medidas de Prevenção do Dengue. Informe Epidemiológico do SUS 1999; 8:5-33.

GUBLER DJ. - Dengue and dengue hemorrhagic fever. In: clinical microbiology reviews, Philadelphia. July 1998; 3:480-96.

GUBLER DJ. - Dengue, Urbanization and Globalization: The Unholy Trinity of the 21st Century. Trop Med Health 2011; 39:3-11.

FORATTINI OP. - Culicidaeologia Médica: Identificação, Biologia e Epidemiologia. 2ª Edição. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2002.

TEIXEIRA TRA & Cruz OG. - Spatial modeling of dengue and socio environmental indicators in the city of Rio de Janeiro, Brazil. Caderno de Saúde Pública, 2011; 27:591-602.

TEIXEIRA MG, Costa MCN, Barreto F, Barreto ML. - Dengue: twenty-five years since reemergence in Brazil. Cadernos de Saúde Pública. 2009; 25 Supl 1: S7-18.

Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte, Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte; 2013 [cited 2013 November 30]. Boletins epidemiológicos. Available from: <http://www.saude.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=7549&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Boletins+Epidemiol%F3gicos>. Acessado em 09/08/2016

Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte, Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte; 2013 [cited 2016 August 02]. Boletins epidemiológicos. <http://www.saude.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=123654&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Materia#sthash.jnvlumVv.dpuf>. Acessado em 05/09/2016.

Ministério da Saúde, Brasília: Governo Federal do Brasil; 2013 [cited 2013 December 3]. Sistema de informação de agravos de notificação - Dengue. Available from: <http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/tabnet?sinannet/dengue/bases/dengue>

brnet.def. Acessado em 04/08/2016.

<http://sinan.saude.gov.br/sinan/login/login.jsf>. Acessado em 29/07/2016, semana epidemiológica da 1^a- 26^a.

SEMURB - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo-Natal/RN - Instrumentos de Ordenamento Urbano, Lei nº 4.327, de 05 de abril de 1993, pg 167.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=240810&search=rio-grande-do-norte|natal>. Acessado em 02/09/2016.

OMS, Organização Mundial de Saúde
http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=2991:oms-lanca-estrategia-global-prevencao-controle-dengue-2012-2020&Itemid=777.
Acessado em 06/08/2016.

UM DISPOSITIVO PARA A GESTÃO DE DESCONTINUIDADES NO RIO DE JANEIRO: OS ECOLIMITES NO PLANO DIRETOR

Eixo Temático 2: (Geo)políticas do meio ambiente, gestão dos recursos e sustentabilidades

Ana Brasil Machado

Resumo: A gestão do crescimento urbano extensivo foi, historicamente, objeto de inúmeras intervenções governamentais que se traduziram em instrumentos de política urbana. Nos anos 2000, no Rio de Janeiro, os *ecolimites* foram convocados em diversos momentos, incluindo os documentos de elaboração do Plano Diretor municipal, como um instrumento para a gestão do crescimento urbano interno à cidade. De um ponto de vista geográfico, interessa investigar como são produzidos estes limites e quais são as categorias espaciais por eles mobilizadas através da análise de conteúdo de documentos escritos. Tomada como um processo, a política dos *ecolimites* mobiliza variadas categorias espaciais segundo os diferentes agentes, documentos e momentos considerados e se constitui como um dispositivo de fazer e desfazer interfaces.

Palavras-chave: *ecolimites, crescimento urbano, descontinuidades*

Palabras clave: *ecolimites, crecimiento urbano, descontinuidades*

Introdução

O crescimento extensivo das cidades é considerado um problema central para o planejamento urbano contemporâneo, frequentemente associado a um amplo leque de custos ambientais e sociais. Foi nas décadas de 1960 e 1970, com a crise urbana e econômica e a emergência do movimento ambientalista, que esta preocupação se tornou mais evidente (BENGSTON, FLETCHER e NELSON, 2004). São inúmeros os exemplos de cidades que adotam políticas públicas voltadas para a gestão do crescimento extensivo e a proteção de espaços livres. Estas políticas se alinham às críticas ao modelo de cidade não densa, responsável por maiores gastos energéticos e maiores demandas de infraestrutura, pelo aumento da duração dos deslocamentos diários e da poluição, pela diminuição de áreas livres e de espaços públicos.

Na América do Sul, onde o crescimento urbano se caracteriza por um ritmo acelerado, pela predominância do setor terciário e pela informalidade (SANTOS, 2008), nota-se uma considerável densidade normativa relacionada ao tema, o que demonstra o interesse da política urbana em ordenar o fenômeno da expansão da cidade. Grandes cidades como Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago, Montevideu, Bogotá, Medellín e Quito elaboraram instrumentos neste sentido: zoneamentos, criação de espaços públicos e construção de limites físicos são alguns deles. Além disso, a produção de limites vincula-se a outras questões urbanas, como as ocupações ilegais, a preservação ambiental, a proteção de paisagens naturais e culturais, a metropolização e a produção agrícola.

Em dezembro de 2008, começou a ser divulgado pela grande imprensa um projeto para a cidade do Rio de Janeiro conhecido como Ecolimites. O projeto tinha como objetivo declarado conter o crescimento das favelas sobre as áreas verdes da cidade. De acordo com Ícaro Moreno, presidente da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP), “a ideia é proteger a comunidade de um lado e a Mata Atlântica do outro. Fica mais fácil a fiscalização e ajuda a dimensionar as ações nas comunidades” (O GLOBO, 28/03/09).

Os ecolimites deveriam ser instalados em onze favelas localizadas na Área de Planejamento 2, Zona Sul do Rio de Janeiro¹. Assumiriam a forma de muros de aproximadamente três metros de altura e deveriam ser construídos ao longo das linhas de contato entre as favelas e as áreas a serem preservadas. Estes muros substituiriam os antigos marcos de concreto e cabos de aço, também chamados ecolimites, já instalados em 33 favelas a partir de 2001 e propostos pelo então secretário municipal de meio ambiente, Eduardo Paes, na gestão do prefeito Cesar Maia. Em 2004, Luis Paulo Conde, então secretário estadual na gestão da governadora Rosinha Garotinho, já havia proposto a construção de muros em favelas cariocas selecionadas. No entanto, o projeto do arquiteto e Vice-Governador foi “rechaçado pela mídia e pela opinião pública e, por isso, não foi levado adiante” (PEDROSO, 2010: 19).

O objetivo de conter a expansão das favelas sobre as áreas verdes, que norteava o projeto de 2008-2009, foi questionado, bem como o modelo de delimitação, amplamente relacionado à intenção de ampliar a segregação socioespacial na cidade. A implantação dos ecolimites foi tema de um intenso debate público. O limite ganhou distintos significados e estabeleceu relações espaciais entre formalidade e informalidade, natureza e artifício, áreas com o crescimento a ser contido e áreas de preservação. Funcionou como um objeto-síntese, capaz de concentrar diferentes questões pertinentes à cidade do Rio de Janeiro. Os significados associados ao debate concentraram-se em três eixos principais: o da segregação, o da ordem/desordem e o da preservação ambiental (MACHADO, 2009 e 2011).

Como cercar o limite

De um ponto de vista geográfico interessa investigar como são produzidos, material e simbolicamente, estes limites urbanos. Quais são as categorias espaciais mobilizadas e as interfaces construídas no âmbito da política de ecolimites e a quais questões urbanas ela se associa?

¹ Santa Marta, Rocinha, Chapéu Mangueira, Benjamin Constant, Chácara do Céu, Parque da Cidade, Morro dos Cabritos, Tabajaras, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Vidigal

Partimos da idéia de que os limites urbanos podem assumir formas distintas, materializadas no terreno ou não, e que relacionam diversas categorias espaciais, e não apenas áreas urbanas e rurais. Os limites urbanos não se situam apenas na periferia das cidades, nas bordas externas, mas também no interior delas, marcando relações entre categorias espaciais que são consideradas componentes das cidades. Devem ser considerados em termos de suas dimensões morfológicas, dos usos sociais atuais ou prescritos, dos significados que lhes são atribuídos. E também em termos das interfaces que produzem, das estruturas normativas que os regulam, dos projetos urbanos que os concebem e desenham dos atores envolvidos nas suas formulações, conflitos e negociações, dos problemas urbanos que lhes são associados e de suas possíveis relações com visões e modelos de cidade.

Considerando o acima exposto, propomos que os ecolimites sejam considerados como dispositivos, tais como definidos por Agamben, um dos mais importantes comentadores do pensamento de Foucault na atualidade. Muito embora não o tenha definido com clareza, Foucault se aproxima do conceito em uma entrevista concedida em 1977:

Aquilo que estou tentando identificar com este nome é [...] um conjunto deliberadamente heterogêneo que comporta discursos, instituições, projetos arquitetônicos, regulamentações, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Enfim, do dito e do não-dito, eis aqui os elementos do dispositivo. O dispositivo propriamente é a rede que estabelecemos entre estes elementos. [...] Por dispositivo entendo uma espécie, digamos, de formação que, em um dado momento, teve como função predominante responder a uma urgência. Deste modo, o dispositivo tem uma função estratégica dominante... (FOUCAULT *apud* AGAMBEN, 2007: 8-9).

Segundo Revel (2002), os dispositivos tratam tanto de discursos, como de práticas, instituições e táticas. Se tomarmos os ecolimites não como um discurso único ou mesmo como um único documento, e considerarmos que são compostos por notícias de jornal, regras urbanísticas, legislação ambiental, pesquisas

científicas, julgamentos morais, projetos arquitetônicos, podemos dizer que os ecolimites se constituem nesta rede de elementos. Trata-se de discursos e práticas que possuem formas diversas, produzidos por diferentes sujeitos em variadas situações e voltados para múltiplas audiências. São elementos ou discursos que interagem, se justapõem, se afetam e se coadunam no sentido de responder a uma urgência, a uma questão: a gestão do crescimento urbano, na qual um dos elementos é a gestão e criação de interfaces, notadamente entre áreas de preservação ambiental e as favelas.

Esta função de gestão assumida pelos ecolimites é característica fundamental dos dispositivos. Os dispositivos também apresentam a característica de se renovarem, se reajustarem, de acordo com as necessidades criadas por seus próprios efeitos (CASTRO, 2004: 148). O dispositivo-ecolimites aqui composto é a rede resultante das disputas entre os diferentes enunciados considerados, é um mecanismo de fazer e desfazer interfaces. Cada um dos elementos que o compõe e cada etapa da implantação do projeto convoca e reformulam os termos do debate ou os dois lados dos limites. Por vezes, dialoga com categorias já existentes, territorialidades já constituídas para criar novos limites e territórios. Por outras, institui novas categorias espaciais e reforça limites já estabelecidos.

O instrumento de pesquisa utilizado é uma ficha de sistematização das informações coletadas segundo as categorias espaciais mobilizadas, os limites apresentados e as interfaces produzidas. As categorias foram descritas em termos de sua morfologia, usos e ações e significados relacionados. Os limites, por sua vez, foram analisados segundo as suas funções, dimensão física, localização, significados e condições de implantação. Finalmente, as interfaces foram descritas a partir das categorias espaciais relacionadas, das discontinuidades e relações entre os sistemas espaciais.

Em favor de uma abordagem polifônica dos ecolimites

A partir da revisão bibliográfica acerca do tema dos ecolimites foi possível notar uma associação, quase unânime, entre a construção dos muros prevista no

projeto dos Ecolimites e a questão da segregação socioespacial. Longe de negar a importância deste debate, acredita-se que a formação de um consenso na interpretação do fenômeno contribui pouco para a sua compreensão. Partimos da hipótese de que os ecolimites concentram em sua formulação, implantação e discussão, outras questões também pertinentes à reflexão sobre a cidade.

Para a maior parte dos autores que se dedicaram ao tema², o discurso ambiental que sustenta o projeto oculta os verdadeiros interesses dos ecolimites. Quando afirmam que o muro ou os ecolimites são objetos que criam e/ou reforçam a segregação socioespacial, a oposição valorizada é aquela entre cidade formal e cidade informal. Todos os outros significados atribuídos socialmente ao projeto ou mais especificamente ao muro do Santa Marta, são interpretados como falaciosos, desimportantes ou elitistas. A estes pesquisadores e analistas caberia revelar, desvelar, trazer à tona o real conteúdo do projeto.

Não se trata de dizer que a relação entre cidade formal e cidade informal, asfalto e favela, não é importante ou que não deva ser discutida, que não organiza também a vida na cidade. Mas sim de afirmar que a relação notadamente espacial entre cidade e natureza também deve ser problematizada. Neste artigo propomos que, para além do problema da segregação, os ecolimites atuam fundamentalmente na gestão do crescimento urbano.

Tendo em vista as especificidades da cidade do Rio de Janeiro, onde o contato entre espaço construído e ecossistemas naturais é especialmente valorizado, os ecolimites produzem e requalificam sistemas espaciais e descontinuidades internas ao espaço urbano. Dada a centralidade da questão para a cidade, os ecolimites não são um instrumento isolado: muitos outros instrumentos também atuam no controle do crescimento urbano interno. Estes se apresentam como antecedentes e condições com as quais o projeto dialoga.

O dispositivo-ecolimites: elementos e evolução

² Por exemplo: Pedroso, 2010; Camargo, 2012; Cançado, 2009; Haesbaert, 2010; De Carli e Humanes, 2010 e Ferreira, 2009.

No intuito de investigar as categorias espaciais mobilizadas na política de ecolimites do Rio de Janeiro, e como se constroem suas interfaces, nos pareceu interessante analisar o projeto não em um momento particular, mas enquanto um processo, que apresenta diferentes momentos, e é constituído por diferentes agentes e documentos. É importante ressaltar que não há “um documento Projeto Ecolimites”, mas um conjunto de elementos que constituem a política tais como o Projeto de Lei 245/2009, os projetos e desenhos específicos para os ecolimites construídos, declarações públicas de secretários envolvidos com o projeto e documentos relacionados ao Plano Diretor de 2011.

A cada vez que os delimitadores físicos, com suas morfologias e objetivos diversos, foram projetados no terreno era produzida uma descontinuidade da evolução da política dos ecolimites. O ato de projetá-los, propô-los, construí-los, constituía um acontecimento que produzia um rearranjo no debate, nas formas, nos significados dos ecolimites. A cada anúncio, projeto, ou muro construído, um novo momento se desenvolvia. Neste sentido, o dispositivo-ecolimites pode ser entendido como uma composição de quatro momentos diferentes³.

Cada um desses momentos, marcados por elementos capazes de produzir outros discursos, mobiliza categorias e interfaces distintas. Ao tomarmos em conta o conjunto dos momentos, acreditamos ser possível acompanhar estes movimentos entre universalizações e especificações no que diz respeito a categorias, limites e interfaces utilizados. Todavia, o objetivo aqui é o de descrever a formulação dos ecolimites no Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro.

Os ecolimites no Plano Diretor de 2011

³ Os quatro momentos foram assim intitulados: “Eco-Limites: o programa de 2001”; “Um muro para a Rocinha”; “O valor da forma: o muro do Dona Marta, o Projeto de Lei 245/2009 e o Parque Ecológico da Rocinha”, e “Os ecolimites no Plano Diretor de 2011”. Para uma visão mais completa dos momentos, sugiro a leitura de minha dissertação (MACHADO, 2013), disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/811000.pdf>

Considerando o Plano Diretor como um importante instrumento na definição das políticas públicas e sua formulação como uma destacada arena do debate dos interesses referentes à política urbana na cidade do Rio de Janeiro, alguns documentos que marcam a sua evolução são constituídos neste trabalho como elementos do dispositivo-ecolimites. Isto porque a delimitação física das favelas/áreas verdes se constituiu como um tema relevante na concepção destes documentos, constando explicitamente em artigos e incisos.

Neste sentido, consideramos aqui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, de 2011, como um momento do debate acerca dos ecolimites. Momento este que é tributário da própria evolução do Plano Diretor da cidade e dos momentos precedentes já descritos anteriormente. A produção deste Plano Diretor é bastante complexa, combinando diferentes agentes e relações de poder e é também marcada por uma extensão temporal de aproximadamente 20 anos. Como aqui nossa intenção não é descrever o processo particular que deu origem a este documento e, tampouco descrever a evolução dos ecolimites apenas relacionando-os com o Plano Diretor, optou-se por identificar documentos de elevada importância em sua tramitação. Serão considerados: o Projeto de Lei Complementar nº 25/2001 (2001), o Projeto de Lei Complementar nº 25/2001- Substitutivo nº 3 (2006), o Anexo à Mensagem nº 36/2009 do Projeto de Lei Complementar nº 81/2001 (2009) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro - Lei Complementar nº 111/2011 (2011). Segue abaixo uma breve descrição destes elementos.

Sobre as categorias espaciais mobilizadas pelos limites constituídos nos elementos que compõem este momento do dispositivo temos que, no texto de 2001, as categorias diretamente mobilizadas pela *demarcação física dos limites da área de expansão da Favela* são: *área de expansão da favela* e *área florestada do entorno da favela*. A *área de expansão da favela* deve ter seus limites demarcados fisicamente e, para além dos limites desta área de expansão não serão permitidas edificações de qualquer natureza. As *favelas* são caracterizadas pela precariedade da infraestrutura urbana e serviços públicos e valores associados à irregularidade e

ilegalidade. Sua morfologia é marcada por *vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanho e forma irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais*. Trata-se de áreas predominantemente habitacionais ocupadas por população de baixa renda, que devem ser urbanizadas e regularizadas. Por outro lado, a *área florestada do entorno da favela* é suscetível à invasão e deve ser objeto de um *sistema de contenção e prevenção de invasão*.

Considerando a *área de expansão da favela* e a *área florestada do entorno da favela*, temos que estes sistemas espaciais estão situados nos limites externos das favelas e em justaposição. A interface produzida pelo limite acima descrito coloca em relação as favelas tanto com sua área de expansão como com a área florestada de seu entorno: o crescimento das favelas cria a sua própria área de expansão e pressiona a área florestada do seu entorno. É evidente que outras categorias que se associam a este limite e às categorias mobilizadas são descritas no documento. Algumas se encontram descritas através do instrumento de pesquisa e constam no anexo referente ao Projeto de Lei nº 25/2001. São elas: *áreas destinadas à proteção do meio ambiente, Maciço da Tijuca, Parque Nacional da Tijuca, área de notável valor paisagístico, unidade de conservação ambiental, ocupação urbana e ocupação das encostas*.

No Substitutivo nº 3 os *eco-limites* mobilizam as categorias *favelas* e *áreas verdes protegidas*. As *favelas* tem sua morfologia marcada pelo crescimento e expansão, que devem ser contidos *através da fixação de limites físicos e estabelecimento de regras urbanísticas especiais*. Devem sofrer *recuperação das condições ambientais, implantação de infra estrutura e melhoria das condições de salubridade e habitabilidade das habitações*. Não constituem parte do tecido formal da cidade, devendo ser modificadas em sua forma urbana para que passem a integrá-lo. Trata-se de áreas predominantemente habitacionais, *caracterizadas por ocupação clandestina e de baixa renda*. Em comparação com o texto de 2001, as favelas ganham este atributo da clandestinidade de sua ocupação.

Já as *áreas verdes protegidas* são *áreas externas aos eco-limites, onde não são permitidas construções*. Devem ser protegidas e são definidas como *áreas*

consideradas impróprias pela administração municipal. A interface entre *favelas* e *áreas verdes protegidas*, categorias relacionadas pelos eco-limites, é caracterizada pela possível expansão das favelas sobre as áreas protegidas. Clandestina e informalmente as favelas crescem com novas construções e tensionam as áreas externas aos eco-limites, onde não são permitidas edificações.

Tanto no Anexo à Mensagem nº 36, de 2009, como no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, de 2011, os *ecolimites* mobilizam explicitamente as categorias espaciais *áreas ocupadas*, *expansão urbana irregular* e *áreas destinadas à proteção ambiental ou que apresentem cobertura vegetal de qualquer natureza*. Nestes textos, as *áreas ocupadas* ou *comprometidas com a ocupação* são descritas como aquelas em que o uso e ocupação devem ser reguladas pela *limitação das densidades, da intensidade de construção e das atividades econômicas, em função da capacidade da infraestrutura, da rede de transportes e acessibilidade e da proteção ao meio ambiente natural e da memória urbana*. No texto de 2011 é acrescentado o *direito de fruição à paisagem natural da Cidade e da qualidade da ambiência urbana*.

Estas *áreas ocupadas* não são caracterizadas em termos de regularidade, formalidade ou legalidade. Neste sentido, os *ecolimites* estariam voltados a qualquer tipo de área ocupada, *ocupação urbana* ou *área efetivamente ocupada* e não especificamente a favelas, como no texto do Substitutivo nº 3. Há de se considerar que esta mudança relativa às categorias espaciais mobilizadas modifica enormemente o conteúdo do próprio limite denominado *ecolimite*.

As *áreas destinadas à proteção ambiental ou que apresentem cobertura vegetal de qualquer natureza* devem ser protegidas com o auxílio dos delimitadores físicos e de mecanismos que garantam a sua obediência. Podem ser associadas a outras categorias espaciais tais como as descritas a seguir. As *áreas objeto de proteção ambiental* são aquelas que possuem características ambientais que devem ser preservadas da ocupação urbana. A *Zona de Conservação Ambiental* apresenta características naturais, culturais e/ou paisagísticas relevantes para a preservação. Trata-se de áreas situadas acima da cota 100, das zonas de amortecimento e das

áreas frágeis de baixada e de encosta e seus biomas associados, não ocupadas ou urbanizadas. Pode ser transformada total ou parcialmente em Unidade de Conservação da Natureza e possui atributos que justificam a sua preservação. As *Unidades de Conservação da Natureza* são delimitadas no ato de sua instituição, que é entendida como um instrumento básico para a proteção do meio ambiente do município. As *Áreas de Preservação Permanente* deverão ser prioritariamente recuperadas mediante implementação de programas de recuperação e de revegetação. Sua instituição também é considerada um instrumento básico para a proteção do meio ambiente do município. As *áreas impróprias à ocupação urbana* constituem o *ambiente natural*, e devem ser preservadas da ocupação urbana. Assim como as *florestas e demais áreas com cobertura vegetal* é um elemento que condiciona a ocupação urbana.

O limite intitulado *limites físicos*, presente no Anexo à Mensagem nº 36 e no Plano Diretor de 2011, tem a função de conter o crescimento de favelas. Neste sentido, se diferenciam dos ecolimites por mobilizar a categoria espacial *favelas*. Estas são caracterizadas pela precariedade da infraestrutura e dos serviços públicos, pelas vias estreitas, alinhamento irregular, e construções não licenciadas. Seu crescimento e expansão devem ser contidos *através da fixação de limites físicos e estabelecimento de regras urbanísticas especiais*. São áreas predominantemente habitacionais, caracterizadas por ocupação clandestina e de baixa renda (assim como Substitutivo nº 3, de 2006). Devem ser integradas às áreas formais da Cidade, salvo se estiverem em situação de risco ou de proteção ambiental. No texto de 2011, à categoria é adicionada a informação de que todo o seu potencial turístico deve ser aproveitado.

Em síntese, sobre os *ecolimites* na evolução do Plano Diretor, que culmina na aprovação do texto de 2011, é possível afirmar que o termo é utilizado a partir do documento de 2006, quando o projeto já tinha sido implementado em diversas situações e é empregado até 2011. No documento de 2001, apesar de já terem sido anunciados alguns meses antes, os ecolimites não figuram enquanto categoria. São outros os limites utilizados (*limites para a expansão urbana*, que trata das ocupações

em encostas e *demarcação física dos limites da área de expansão da Favela*) que, de alguma maneira, já indicam as interfaces sobre as quais os ecolimites também operarão. Destaca-se que a questão da expansão das favelas aparece mais claramente já nas *Disposições finais* do Projeto de Lei.

No texto de 2006, os ecolimites compõem a interface entre *favelas* e *áreas verdes*. Nos documentos de 2009 e 2011, a categoria *favela* não é mais mobilizada diretamente pelos ecolimites, sendo substituída por *áreas ocupadas*. Por sua vez, as *áreas verdes* são substituídas por *áreas destinadas à proteção ambiental ou que apresentem cobertura vegetal de qualquer natureza*. O limite que mobilizará a categoria *favela* nestes dois últimos elementos (2009 e 2011) é denominado *limites físicos*, o mesmo já utilizado no Substitutivo de 2006, com iguais atributos.

As categorias espaciais mobilizadas pelas interfaces produzidas neste momento do dispositivo são dotadas de uma significativa generalidade. Não tratam de recortes específicos no terreno da cidade do Rio de Janeiro, embora sejam identificadas e qualificadas em termos de suas morfologias, usos e ações e valores associados. A categoria mais específica mobilizada diretamente pelo ecolimite é Macrozona de Ocupação Controlada, que corresponde a uma grande porção do território municipal, composto pelas Áreas de Planejamento 1 e 2. Na tentativa de classificar em grandes grupos as categorias mobilizadas e acima descritas, é possível dizer que elas se dividem entre aquelas que devem ser objeto de contenção e aquelas que, por apresentarem relevantes atributos ambientais, devem ser preservadas.

Neste momento, os ecolimites dialogam com importantes questões para a cidade do Rio de Janeiro. O crescimento das favelas associa-se à ameaça ao meio ambiente urbano, à degradação de áreas que oferecem serviços ambientais à cidade, ao risco à própria favela quando esta ocupa terrenos instáveis ou que são severamente desmatados, à perda de qualidade de vida pela redução de espaços livres e áreas verdes. Além destas relações de cunho “ambientalista”, o crescimento das favelas está fortemente ligado a problemas de “desordem urbana”. A favela, irregular, ilegal, informal, precária, pobre, clandestina, desordenada, ao crescer,

estenderia por outras áreas da cidade as formas, usos e valores que a organizam enquanto categoria espacial.

Considerações Finais

Até os dias atuais, apenas Santa Marta e Rocinha receberam as obras do projeto, a despeito do objetivo de implantação de onze quilômetros de muros. No entanto, a pequena extensão edificada foi capaz de mobilizar diversos discursos sobre a cidade. O aparente esvaziamento da materialidade deu lugar a uma forte disputa no campo das idéias e foi retomado como objeto de tensão. Apenas enunciar a materialização de um limite ou de um muro em um determinado lugar tem força de mobilizar o debate público, de produzir instrumentos normativos e projetos urbanísticos, de convocar categorias espaciais, e concentrar questões estruturantes da cidade do Rio de Janeiro.

Tomando os limites não apenas como marcos de segregação, mas como elementos que operam nas relações entre os sistemas espaciais, é possível compreendê-los em uma perspectiva mais ampla, que abrange outras interações espaciais. O ato de limitar é um ato de diferenciação, seja com base na morfologia, nos usos ou significados atribuídos aos recortes espaciais que por ele são criados. Os limites agem para a reelaboração destas dimensões e, portanto das próprias categorias que coloca em relação. Considerados como um dispositivo, estes limites fazem e desfazem interfaces ao mobilizar e requalificar categorias espaciais. Os documentos aqui descritos se relacionam se afetam e se encontram no sentido de responder à urgência determinada como a gestão do crescimento da cidade.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Quêes um dispositivo? *Sociológica*, ano 26, n. 73, 2011, p. 249-264

Anais do 2ºCONGEO- Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Natal, Rio Grande do Norte - 5 a 8 de Outubro de 2016.

BENGSTON,D. FLETCHER, J. e NELSON,K. Public policies for managing urban growth and protecting open space: policy instruments and lessons learned in the United States. *Landscape and Urban Planning* n. 69, 2004, p. 271–286

CAMARGO, Jean Carlos. Ecolimites ou Sócio-limites:da “preservação ambiental” à segregação sócio-espacial?, 2012. Disponível em: http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=147:ecolimites-ou-s%C3%B3cio-limites&Itemid=165 &Lang =pt. Acesso em 03/02/12.

CANÇADO, Wellington. O muro: "ecolimites" e as favelas do Rio de Janeiro. *Minha Cidade*, São Paulo, n.09.106, Vitruvius, 2009. Disponível em :<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.106/1854>>.

CASTRO, Edgardo. El Vocabulario de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores.Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

DE CARLI, Natália e HUMANES, Mariano. An in-human ecolimit: fear and social-spatial segregation. 4th Global Conference Fear, Horror and Terror at the interface, 2010.Disponível em <http://www.inter-disciplinary.net/at-the-interface/evil/fear-horror-terror/project-archives/4th/session-6-fht-in-spaces-exterior-and-interior/> Acesso em 05/04/2012.

FERREIRA, Alvaro. Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. *Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XIV, nº 828, 25 de junio de 2009. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-828.htm>>.

HAESBAERT, Rogério. Território, insegurança e risco em tempos de contenção social. In: FERREIRA, A. et al (org.). *A Experiência Migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p.537-557.

MACHADO, Ana Brasil. Em cima do muro: um cenário para o ecolimitado Santa Marta. Monografia (Bacharelado em Geografia)- Departamento de Geografia/IGEO/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

MACHADO, Ana Brasil. O muro é a notícia: o discurso da ordem e o ecolimite do Santa Marta. Revista Espaço Aberto, v. 1, n.2, 2011, p.157-166.

PEDROSO, Isabella. O Estado e os Muros: um estudo sobre as políticas destinadas às favelas cariocas através da mídia impressa. Rio de Janeiro, UERJ, Monografia defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Curso de Especialização em Sociologia Urbana, 2009.

REVEL, Judith. Foucault: conceitos essenciais. São Paulo: Clara luz, 2005.

RIO DE JANEIRO. Decreto 322 de 03/03/76. Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro, 1976.

RIO DE JANEIRO. Lei Complementar 111/2011. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, 2011.

RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei 245/09. Institui no Município do Rio de Janeiro regulação para a implementação de ecolimites, 2009.